

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Gênero e Feminismo
Bacharelado em Gênero e Diversidade**

VALDOMIRO NASCIMENTO BARBOSA COSTA FILHO

CARAVANA DA IGUALDADE /DIÁLOGOS FORMATIVOS
uma análise entre gênero, raça, sexualidade e políticas pública
educacional no estado da Bahia.

**SALVADOR
2022**

VALDOMIRO NASCIMENTO BARBOSA COSTA FILHO

CARAVANA DA IGUALDADE /DIÁLOGOS FORMATIVOS
uma análise entre gênero, raça, sexualidade e políticas pública
educacional no estado da Bahia.

Trabalho apresentado ao Bacharelado em Estudos de
Gênero e Diversidade, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, como requisito para qualificação
e conclusão da disciplina de Monografia II.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Maise Caroline Zucco

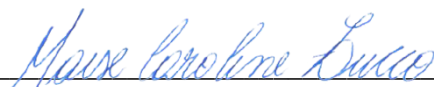
SALVADOR
2022

VALDOMIRO NASCIMENTO BARBOSA COSTA FILHO

Monografia apresentada ao Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Estudos de Gênero e Diversidade.

Aprovado em 15 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

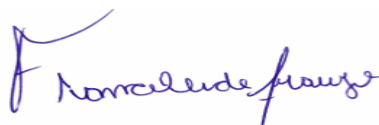


Profa. Dra. Maise Caroline Zucco (Orientadora)

1º. Examinadora

Profa. Dra. Mariângela Moreira Nascimento

2º. Examinadora



Francileide Araújo – Mestranda em estudos interdisciplinar sobre a mulher–

AGRADECIMENTO

Primeiramente eu agradeço a Deus e meus antepassados que me ajudaram espiritualmente, a minha família que me apoiou o quando podem, meus amigos pela força para concluir essa etapa, aos espíritos de luz, aos santos e orixás pelas cargas de energias diariamente;

Agradeço minha orientadora Maise Caroline Zucco pela calma e paciência comigo, desde o primeiro momento me acolheu e sempre me incentivando nas leituras, na escrita e pelas suas correções e incentivos. Uma pessoa maravilhosa e muito competente me ajudou muito nessa conclusão dessa monografia;

Agradeço as minhas supervisoras de estágio Silvana Bispo e Érica Capinan e toda equipe da coordenação de educação para a diversidade da Secretaria da Educação do estado da Bahia pelo acolhimento e carinho em me receber na coordenação nesse período que eu estive na sua convivência me ensinando e despertando para essa nova etapa da minha vida acadêmica e pessoal;

Em especial agradeço a Sonia Maria que foi a pessoa que foi decisiva na finalização desse trabalho;

E a Mel Nascimento uma das melhores pessoa que eu conheci nesse meio acadêmico (e na vida), tenho muito orgulho da pessoa que ela é e se tornou. Nunca imaginei que encontraria uma pessoa tão iluminada e cheia de histórias engraçadas em um curso superior;

Muito obrigado de coração a todas (o) que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado. Gratidão.

C837c

Costa Filho, Valdomiro Nascimento Barbosa.

Caravana da igualdade /Diálogos formativos:
uma análise entre gênero, raça e sexualidade e políticas públicas
educacional no estado da Bahia./ – Salvador: BA, 2022.

Orientadora: Prof^a Dr^a.Maise Caroline Zucco.

Trabalho de conclusão de curso (TCC) – Universidade
Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas, 2022.

1. Identidade de gênero . 2. Sexualidade. 3. Raça. I.
Título.

CDD: 305.3

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. GÊNERO, SEXUALIDADE E A FORMAÇÃO DOCENTE	8
2.1. IDENTIDADES DE GÊNERO.....	9
2.2. OS ESTUDOS DE GÊNERO	10
2.3. ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL.....	11
2.4. DEBATES SOBRE SEXUALIDADES.....	13
2.5. QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	14
2.5.1 Educação das relações étnicos raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana	16
2.6. A FORMAÇÃO DOCENTE.....	19
3. CARAVANA DA IGUALDADE/ DIALOGOS FORMATIVO.....	26
3.1 HISTÓRICO	30
3.1.1. I Edição da Caravana.....	30
3.1.2. II Edição da Caravana	31
3.1.3. III Edição da Caravana	33
3.2. PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO	37
4. ANÁLISE DA CARAVANA COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL PARA A DIVERSIDADE	40
4.1. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A DIVERSIDADE	41
4.1.1. Educação básica na promoção da equidade.....	43
4.2. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PCN.....	44
4.3. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB.....	46
4.4. PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE.....	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
6. REFERÊNCIAS	53
7. ANEXOS.....	56
7.1. ANEXO I	5
7.2. ANEXO II	8
7.3. ANEXO III.....	13

RESUMO

O presente trabalho busca observar a repercussão das políticas públicas no setor da educação, pensando nos investimentos feitos quanto aos debates de gênero, raça e sexualidade. Com isso, expõe-se relatórios e notas técnicas dessa formação, promovidos na área a fim de analisar, através de questionários e entrevistas o impacto dessas ações. Para tanto, a pesquisa faz a análise das formações e debates promovidos pela Coordenação de Educação para a diversidade da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) através do projeto: “*Caravana da Igualdade/ Diálogos Formativos*”, ocorrido no período de 2015 a 2016 em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI) e a Secretaria do Trabalho, Renda e Esporte do Governo da Bahia (SETRE). O projeto “*Caravana da Igualdade/ Diálogos Formativos*” percorreu os 27 núcleos regionais de educação responsável em agregar vários municípios entre eles. Objetivando a formação de gênero, sexualidades e relações étnicas raciais para os professores, gestores/ técnicos da rede e alunos do ensino médio da rede estadual de ensino.

Palavras chave: Gênero, Sexualidade, Raça, Políticas, Educação

ABSTRACT

The present work seeks to investigate the repercussion of public policies in the education sector, thinking about the investments made regarding the debates of gender, race and sexuality. With this, reports and technical notes of this training are exposed, promoted in the area in order to analyze, through questionnaires and interviews, the impact of these actions. To this end, the research analyzes the training, courses and debates promoted by the Education Coordination for Diversity of the Secretary of Education of the State of Bahia (SEC) in the year 2015 and 2016 through the project: “Equality Caravan/Formative Dialogues” with the partnership of the Secretariat for the promotion of racial equality of the State of Bahia (SEPROMI) and the Secretariat of work, income and sport of the Government of Bahia (SETRE). The “Equality Caravan/Formative Dialogues” project covered the 27 regional education centers with training on gender, sexualities and racial ethnic relations for teachers, network managers/technicians and high school students from the state education network.

Keywords: Gender, Sexuality, Race, Policies, Education

1. INTRODUÇÃO

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. (FREYRE, 1967, p. 97)

A educação voltada à inclusão é força propulsora para sociedades que planejam a curto, médio e longo prazo construir uma dinâmica mais diversa e justa para seus cidadãos. A escolha de analisar o projeto “*Caravana da Igualdade/ Diálogos Formativos*” para além de sua importância de caráter formativo/ educacional está relacionada com o fato do meu estágio, que foi realizado na Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) do ano de 2014 até 2016, período em que pude observar na prática como essa ação de formação docente é importante para o sistema educacional do estado.

O exercício da docência e a inclusão de temas que englobam a diversidade no currículo escolar, tem se mostrado um grande desafio, visto que, na medida em que as mudanças¹ vão ocorrendo os profissionais precisam acompanhar as transformações que estão postas, para que a escola possa ser também um espaço de acolhimento. Os entraves educacionais fazem parte da trajetória e desenvolvimento do Brasil a muito tempo, na década de 60 o sociólogo Florestan Fernandes já demonstrava preocupação com os rumos educacionais do país, em sua obra *Ensaio da Sociologia Geral e Aplicada* (1960), Fernandes apresentava a importância da educação como ferramenta democrática, para isso ressalta três pontos importantes sobre o tema:

Primeiro, em que sentido é possível encarar a ciência aplicada e a educação como fatores sociais construtivos. Segundo, como opera o elemento racional na mudança cultural espontânea. Terceiro, como se comporta o elemento racional quando as condições de mudança cultural podem ser submetidas a controle exterior inteligente (FERNANDES, 1960, p. 172-73).

Para o sociólogo dentre outras percepções: “poucos países, no mundo moderno, possuem problemas educacionais tão graves, quanto o Brasil. Como herança do antigo sistema escravocrata e senhorial, recebemos uma situação dependente inalterável na economia mundial (...)”. (FERNANDES, 1971, p. 192). Certamente que a herança escravocrata brasileira, citada por Florestan, é fator de análise para entendimento do funcionamento das instituições brasileiras, incluindo a educação, é afirmar que a

¹ Entre as mudanças recentes estão a Lei que permite que alunos trans possam ser chamados pelo seu nome social. Parecer CNE/CP nº 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017 - Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica. Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018 - Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.

dedicação e trabalho dos professores desse país têm transformado os espaços educacionais em locais mais democráticos. Nações que valorizam a educação tendem a respeitar com mais afinco os membros de sua estrutura social, o que conseqüentemente amplia as probabilidades de se formar cidadãos que sejam mais propensos a lidar positivamente com as diferenças, esse é um dos motivos que iniciativas de Estado como a criação do “*Caravana da Igualdade/ Dialogos Formativos*” são importantes para toda nação.

O debate sobre gênero raça e sexualidade perpassa pelos múltiplos setores de uma sociedade e a educação faz parte desse centro, em seu livro *Educação como Prática da Liberdade* (1967), Paulo Freyre (1921-1997), associa a educação a um ato de amor, e explica que por conta disso essa educação não pode ter medo do debate, o que na prática em muitas instituições de ensino brasileiras tem ocorrido de forma contrária. Nos últimos anos debates como o da “escola sem partido²” têm sido apresentado por grupos ditos conservadores no que eles consideram uma agenda educacional conservadora o que tem criado. Na recente história do Brasil a educação vem atravessando um abismo – para além das questões da pandemia do corona vírus o “covid” de 2020, que afetou todo sistema de ensino de forma contundente – principalmente no que tange assuntos que tragam temas ancorados em diversidade e inclusão, o que parece uma dinâmica arquitetada de retrocessos que tem prejudicado todo construto social em torno dos educadores(as) e de seus(suas) alunos(as).

Nesse sentido o objetivo dessa monografia é realizar a avaliação de uma política pública da área educacional, intitulada Caravana da Igualdade/Diálogos Formativos, implementada pela Secretaria Estadual de Educação do governo da Bahia, durante a gestão de Rui Costa, em meio aos tensionamentos do debate de gênero e diversidade na conjuntura nacional. Cabe destacar que também se refere ao período em que fiz estágio na Secretaria Estadual de Educação e foi dessa forma que ocorreu minha aproximação com a temática e interesse pela mesma.

Nos próximos capítulos serão abordados os seguintes temas: gênero, sexualidade e estudos étnicos- raciais para uma discussão e reflexão. A abordagem interseccional é uma ferramenta conceitual e metodológica para compreender como esses temas se entrelaçam. Nas obras de Lélia Gonzalez é explícito o olhar da autora no

² Para a professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul a “escola sem partido” “É uma visão pedagógica ultrapassada, que entende o aluno como uma folha em branco, passivo, e estabelece uma relação hierárquica entre estudantes e professores, e não uma educação democrática”.

entrecruzamento de diferentes dimensões para compreendê-la as dinâmicas desses temas.

Neste trabalho, as pesquisas e análises foram estruturados em uma introdução, três capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo foi organizado em seis subcapítulos visando à introdução do tema e a explanação dos temas sobre gênero, sexualidades e formação docente. No subcapítulo 1.1 apresento o conceito de identidades de gênero, no subcapítulo 1.2 o surgimento dos estudos de gênero, no subcapítulo 1.3 os estudos de gênero no Brasil, no subcapítulo 1.4 o debate sobre sexualidade na educação básica, no subcapítulo 1.5 como lidar as questões étnicos raciais, no subcapítulo 1.6 a formação docente como lida com esses temas.

No segundo capítulo a análise da Caravana da Igualdade/ Diálogos Formativos abordara as suas ações promovidas nas suas VI edições e dando ênfase à formação com temáticas como: gênero, sexualidades e relações étnicos raciais aplicados para professores, gestores, técnicos e alunos (as) dos Núcleos Regionais de Educação (NRE). Um trabalho etnográfico³ baseado nos relatórios e notas técnicas disponíveis no sistema da Secretaria de educação do estado da Bahia. Nesse caso não participei de nenhuma formação da Caravana da Igualdade/ Diálogos Formativos, pois o setor responsável de diárias não gera esse pagamento para estagiários.

No terceiro e último capítulo apresento uma análise da Caravana como política pública educacional para a diversidade. A educação básica na promoção da equidade, os parâmetros curriculares nacionais, como está sendo implementada a lei de diretrizes e bases da educação nacional e o plano estadual de educação.

³ Estuda os padrões mais previsíveis das percepções e dos comportamentos na rotina diária das pessoas.

2. GÊNERO, SEXUALIDADE E A FORMAÇÃO DOCENTE

O conceito de gênero e sua relação com o sexo faz parte das trajetórias dos estudos feministas, sendo, em conjunturas mais recentes, gênero considerado uma categoria de análise. Para autora como Joan Scott uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual, O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. (SCOTT, 1995, p.72). Assim, esse conceito serve como uma ferramenta analítica acadêmica e política. Gênero é algo constituído ao longo da nossa vida. Alguém pode se identificar com o gênero feminino e masculino, que é dado ao nascer (então é cisgeneridade) ou não (logo é transgeneridade). Tendo uma conclusão de que haveria diversas maneira de conceber o feminino e o masculino em diferentes culturas e momentos históricos. E gênero, afinal era produto de contingências sociais, e não apenas natureza (LIZ,2016,p.25-26)

Nos últimos anos o debate em torno das questões de gênero tem ganhado destaque ao redor do mundo com a popularização do próprio movimento feminista e a resistências ao uso desses termos. Uma ideia “natural” que habita corpos que só podem ser femininos e masculinos tem se mostrado insuficiente diante a diversidade que se faz presente nas mais variadas culturas. Partindo de um viés que abrange a pluralidade, muitos(as) pesquisadores(as) vêm contestando os alicerces que sustentam a ideia de que o mundo se divide tão somente entre dois sexos (homem x mulher), e tudo que destoe dessa lógica é doutrinação de grupos minoritários que querem impor a “ideologia de gênero”⁴. A publicização do debate de gênero ganha status de conquista ao mesmo tempo em que há resistência, visto que a pouco tempos governantes nem se propunham a falar sobre o tema.

A naturalização do poder masculino e que lhes atribui aptidões como inteligência, força e lógica, refletem diretamente na não equiparação de direitos entre os gêneros, ou seja, o poderio estatal permanece na mão dos homens brancos e teoricamente heterossexuais. Sobre a questão de mulheres e homens no mercado de trabalho (em muitas empresas mulheres continuam ganhando menos do que homens). Segundo a pesquisadora Helena Rapkiewitz, as mulheres têm aumentado sua

⁴ “Ideologia de gênero” é uma expressão que vem sendo utilizado no intuito de deslegitimar o debate sobre as pautas de gênero e diversidade.

participação nas esferas produtivas, porém para certas áreas de trabalho o senso comum ainda às enxergas como inaptas (RAPKIEWICZ, 1998). Em relação ao público LGBTQIA+, o mercado de trabalho se mostra bem mais desigual e preconceituoso. Ainda é muito recente os projetos de inserção de gays, lésbicas, transexuais nas instituições em geral. Outro fator que dimensionam o quão a sociedade brasileira é desigual, é a violência de gênero. O Brasil ocupa o quinto lugar das nações que mais mata mulheres⁵, o país também está nas primeiras posições no ranking de crimes contra a população transexual. Segundo relatório do Grupo Gay da Bahia, 300 LGBTQ+ sofreram morte violenta no Brasil em 2021, 8% a mais do que no ano anterior: 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). O Brasil continua sendo o país do mundo onde mais LGBTQ são assassinados: uma morte a cada 29 horas. A violência que os públicos citados estão expostos perpassa pela perpetuação do machismo, e o campo religioso também contribui para isso. Partindo da premissa do casal bíblico (Adão e Eva) onde segundo os escritos o homem é induzido ao pecado pela influência da figura feminina, muitas religiões colocam as mulheres em um lugar de subalternidade e o público LGBTQIA+ como pecadores permanentes.

“(...) um exemplo da supremacia da masculinidade é quando nas relações cotidianas apresentarem problemas, logo é evidenciado pela pesquisa que o masculino tem a legitimidade moral de respaldar o conflito, devido à maior identificação com a divindade, já que Deus é homem (...) (ECCO, 2008, p. 93).

Noções, como a exposta acima, sinalizam para elementos sociais e culturais que tem relação com as discussões de gênero e como a sociedade as percebe. Nesse sentido, esse trabalho procura discutir uma política pública voltada à formação docente e sensibilização para essas temáticas, mas antes precisamos compreender o campo teórico a que esse debate é pertencente.

2.1. IDENTIDADES DE GÊNERO

Sabemos que nós seres humanos somos diferentes (homens e mulheres). Há diferenças masculinidades e feminilidades. A nossa cultura tem muita dificuldade de

⁵ Segundo dados do Anuário Brasileiro da Segurança Pública entre os anos de 2015 até 2018 ocorreram cerca de 3,7 mil casos de feminicídio no Brasil.

reconhecer as diferenças das nossas diversidades. Como é citado no livro “Diferentes, não desiguais - As questões de gênero na escola:”

Estamos acostumados a pensar a identidade de gênero como uma espécie de pacote : se você nasceu com determinado corpo, logo, todo o resto deve ser coerente com ele. Em nossa cultura, associamos corpo, identidade de gênero, desejos e práticas sexuais e esperamos coerência entre esses aspectos. (LINS, 2016, p.69)

Ou seja, nem toda pessoa que nasce com pênis se reconhece como homem e nem todas que se reconhece como mulheres nasceram com vagina. Como pessoas, somos educadas a nos comportar em relação às expectativas atribuídas ao sexo biológico, impondo regras de como devemos gostar, agir e pensar. (ver figura1)



Fonte: encurtador.com.br/hprCH

Partir dessa premissa de compreensão, que separa a livre associação entre sexualidade e identidade de gênero é importante para compreendermos as crianças e adolescentes no espaço escolar. Como prática nesses espaços educacionais, podemos identificar que em dados momentos atitudes associadas à identidades masculinas ou femininas, que não estariam de acordo com a expectativa social, provocam a livre associação de sexualidades dissidentes e conseqüentemente a homofobia e transfobia na escola. Por isso as reflexões em torno do campo dos estudos de gênero, que discutirei na seqüência, nos ajudam a pensar a expressão dos sujeitos sem os pré-conceitos.

2.2. OS ESTUDOS DE GÊNERO

No livro “Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista” de autoria de Guacira Lopes Louro, são apresentados conceitos e teorias no campo dos estudos feministas e suas relações com a educação. A autora estuda as relações de

gênero com a sexualidade, as redes do poder, raça, classe, a busca de diferenciação e identificação pessoal e suas implicações com as práticas educativas atuais. Além de propor um rompimento com o pensamento dicotômico masculino em oposição ao feminino, alegando que esta é uma visão reducionista e que as relações de gênero se produzem (na) e pelas relações de poder.

Para Guacira, uma das significativas marcas dos Estudos Feministas foi seu caráter político. “Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção que haviam se constituído convencionalmente em condições indispensáveis para o fazer acadêmico: eram problematizados, subvertidos, transgredidos.” (LOURO, 1997, p.21)

Segundo a autora, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos destaca que as identidades dos sujeitos não podem ser entendidas como fixas e estáveis, como essências: “Ao contrário, são atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, construindo os sujeitos como masculinos e femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais.” (LOURO, 1997, p.28). Ela ainda questiona sobre qual seria o gênero da escola, perpassando sua reflexão pela compreensão de que “a escola é atravessada pelos gêneros” (LOURO, 1997, p.89) o que é confirmado quando pensamos na feminilização do magistério.

Compreender essa dinâmica identitária é importante para pensarmos na escola como um espaço de cidadania, onde a integridade e a subjetividade de pessoas em formação estão sendo respeitadas. A exclusão de identidades por esse espaço pode promover uma ideia de não pertencimento e uma vez externo a esse espaço essas crianças e adolescentes não terão um local ideal para o processo de ensino aprendizagem.

2.3. ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL

A partir da década de 80, após o período da ditadura civil militar no Brasil, os estudos de gênero, acompanhando os movimentos feministas, tornaram-se mais populares. As militantes feministas atuaram como opositoras da ditadura militar essencialmente não era só pelas desigualdades entre mulheres e homens como também pela redemocratização do país.

Entender a conjuntura de expansão do campo dos estudos de gênero é importante, pois ela caminha de forma paralela aos movimentos sociais e possuem implicações no campo. A redemocratização popularizou as discussões feministas que na

academia inicialmente discutiu a categoria mulheres, para posteriormente, discutir gênero. As preocupações com a categoria classe também estavam presentes, seja pelas pautas da esquerda, que não estavam mais na clandestinidade após o fim do regime civil militar, ou ainda pelo debate marxista nas universidades.

Catherine Hall e Leonore Davidoff (1987 *apud* Pinsky, 2009), destacam que "sexo e classe operam sempre juntos, e a consciência de classe também adota sempre uma forma sexuada ainda que a articulação de ambos nunca seja perfeita". A distinção entre homem e mulher é um fato sempre presente; determina a experiência, influi na conduta e estrutura expectativas. O termo sexo, portanto, foi questionado por remeter a biológico e a palavra gênero passou a ser utilizada para enfatizar os aspectos culturais relacionados às diferenças sexuais.

E durante muitos séculos, as mulheres ocuparam apenas espaços de esposas, mães, filhas e sua posição econômica, bem como sua participação de no mercado de trabalho foi marcada por um processo gradativo de luta e reconhecimento que se perpetuam até hoje.

As mudanças só ocorreram depois de muitas lutas travadas pelos movimentos feministas e de mulheres na busca do reconhecimento do seu direito a cidadania, a ser reconhecidas como indivíduos portadores de direitos e do exercício do poder. A formulação do conceito de gênero e de relação de gênero foi crucial no processo de repensar a realidade histórica de homens e mulheres, sobretudo, na distribuição de poderes nos espaços públicos e privados. (BENEDICTO, 2017,p.1074)

Dessa forma é possível identificar que a discussão feminista está ligada a uma experiência de militância que se articula com as discussões acadêmicas. Esse produto, pensado no campo educacional, coloca a identificação das diferenças entre os gêneros de lado, não aceitando que ela seja promotora de exclusões e desigualdades sociais. A narrativa do campo é de promoção da equidade para além das diferenças e não a doutrinação em favor de determinadas sexualidades ou identidades de gênero, como a acusação de uma ideologia de gênero.

O que podemos identificar é que há uma grande confusão entre o que seria a identidade de gênero, essa expressão do feminino e do masculino socialmente, e a sexualidade, que é relacionada às pessoas a que o afeto e desejo são direcionadas. Portanto, por mais que a escola, em determinados níveis, não se direcione à temática da sexualidade, ela está presente nas representações e nas livres associações entre gênero e sexualidade. Assim, cabe discutirmos o termo no tópico a seguir.

2.4. DEBATES SOBRE SEXUALIDADES

Falar de sexualidade é ainda um tabu, principalmente no âmbito escolar. As questões de gênero, violência, linguagem normatizadora da lei e da sociedade em relação à sexualidade, são temas e experiências que perpassam as vivências e como se encontra a preparação da escola para essas temáticas é uma indagação. Na trajetória da escola, com seus livros de ciências, a sexualidade vem gerando polêmicas, mexendo com as sensações e fantasias e é sempre associada a coisas feias, obscenas, inconvenientes e impróprias.

[...] apesar da revolução sexual, da globalização e dos meios de comunicação terem contribuído para uma modificação nas atitudes morais e nas questões ligadas ao sexo e sexualidade, esse assunto ainda assim continua sendo um tabu. (BERALDO, 2003, p.103)

Sexualidade é inerente ao ser humano. Refere-se ao sexo, identidade e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A Organização Mundial da Saúde conceitua sexualidade como:

uma energia que nos motiva para encontrar amor, contato, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental. (OMS, 2017)

A psicóloga, Mestranda no Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia da Universidade São Francisco e docente da Unifenas, Flávia Nunes de Moraes Beraldo, faz sugestões como trabalhar essa temática em sala de aula. Para se fazer um bom trabalho de Orientação Sexual dentro da escola seria importante dar atenção a alguns passos:

- a) apresentar um projeto para a instituição com o objetivo do trabalho;
- b) fazer uma reunião com os pais e professores para esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir ao longo do trabalho e explicar o papel de ambos junto à escola neste projeto;
- c) observar a demanda da escola para que se atinja a expectativa desta;
- d) a partir das séries estabelecidas para o trabalho entrar em contato com elas para explicar como este será administrado;
- e) colher, por meio de “bilhetinhos sigilosos,” dúvidas e curiosidades de cada aluno garantindo-lhes total sigilo;
- f) após levantar as dúvidas e curiosidades fazer uma estruturação do programa a ser cumprido em diferentes séries (conteúdo, horário, encontros, local), para uma maior eficácia;
- g) estabelecer um contrato (regras sugeridas pelo grupo);
- h) garantir a ética do trabalho tanto para os alunos como para os professores;

i) garantir a liberdade de opinião e o respeito do grupo pelas dúvidas de seus colegas, sem monopólio da verdade de ambas as partes. (BERALDO, 2003)

Contudo, ainda que essa temática seja garantida nos espaços escolares não é raro que essas preocupações estejam baseadas numa perspectiva universal sobre a gravidez na adolescência, usos de métodos contraceptivos e doenças venéreas, em uma noção da heterossexualidade como norma. O pânico das sexualidades não normativas também barra o debate entre crianças, considerando as adequações de conteúdos às faixas etárias; afinal, uma criança que conhece sobre o corpo e seus cuidados sabe o que é uma abordagem abusiva e pode denunciar situações de assédios às pessoas responsáveis.

2.5 QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

A educação para relações étnicas raciais constituiu-se através de muita resistência e luta para finalmente ser incorporada na história, implementar uma educação nossas raízes negras no currículo escolar e no processo de construção de identidade, principalmente através das relações e discussões em sala de aula. Sem abandonar, sobretudo a origem portuguesa e a indígena, mas salientando no conteúdo a vinda involuntária dos africanos em no Brasil e a contribuição exploratória no processo de da nação brasileira.

Essas preocupações, advindas das lutas dos movimentos sociais, foram historicamente sendo incorporadas aos currículos oficiais das universidades, dos cursos de formação docente, dos documentos que orientam as ações educacionais por parte do Estado, assim como das normativas de orientação das práticas docente.

No seu primeiro mandato o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, promulgou a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, instituindo a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira. No ano de 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer que propôs as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras. A partir daí, as instituições de ensino brasileiras passaram a implementar o ensino da cultura africana, da luta do povo negro no país e de toda a história afro-brasileira nas áreas social, econômica e política. Considerando a normativa, que na prática teve e tem até hoje seus desafios de implementação, o

conteúdo deveria ser ministrado nas aulas de história (em todas as matérias) e, em todo o currículo escolar.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL 2004, p. 35)

Os anos de escravidão que nos separam da Lei Áurea não foram suficientes para resolver uma série de problemas decorrentes das dinâmicas discriminatórias forjadas ao longo de séculos de regime escravocrata. Ainda hoje, permanece na ordem do dia a luta pela participação equitativa de negros e negros nos espaços da sociedade brasileira e pelo respeito à humanidade dessas mulheres e homens produtores e reprodutores de cultura.

É de conhecimento da sociedade em geral e dos educadores que o Brasil precisa construir a sua história. Construir uma nação mais justa com oportunidades iguais para todos, independente do grupo étnico, raça e condições sociais. (AMORIM, 2007 p.215)

Com essa finalidade, setores da sociedade civil têm atuado intensamente contra o racismo e as discriminações raciais, tomando a linguagem africano-brasileira como ancoragem e lapidando as relações sociais emergentes no entrecruzar dessa cultura com a cultura eurocêntrica da sociedade (LUZ, 1997).

Segundo Kabengele Munanga⁶, professor aposentado de Sociologia da USP e sênior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), “O negro contribuiu para o processo de construção cultural do Brasil. Trouxe religião, visão de mundo, culinária, conhecimentos medicinais... Isso não pode ser deixado de lado.”. O principal objetivo da lei 10.639 é a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias entre os brasileiros, afinal o Brasil tinha 51% da população representada por afro-brasileiros, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2009. A intenção da lei 10.639 foi contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes

⁶ Entrevista ao jornal A tarde em 18 de junho de 2018 às 09:28 .

discriminatórias por meio de práticas pedagógicas de qualidade, que incluam o estudo da influência africana na cultura nacional.

Existem fatores que fazem com que a aplicação da lei não seja adequada: o despreparo e o desconhecimento dos (das) professores(as) em relação ao tema, pouco material de estudos produzido sobre a história e cultura dos afro-brasileiros no Brasil; e o preconceito que está ligado à religiosidade.

Através de implementação da lei 10.639, o Ministério da Educação (MEC) criou políticas e programas voltados para ações de reconhecimento e valorização da diversidade sociocultural. Segundo Kabengele Munanga, os livros didáticos no Brasil ainda não têm uma orientação que realmente contemple as raízes africanas do país.

Dito isso, cabe a cada gestor(a) incentivar familiares responsáveis e professores(as) para discutirem as bases curriculares dos projetos pedagógicos das escolas, levando em conta as temáticas previstas pela lei. Esse é um documento escolar que faz a ponte entre as normativas exigidas para as políticas educacionais e como podemos pensa-las a partir das experiências e das especificidades de cada unidade escolar.

Fazendo uma articulação com os temas anteriormente debatidos, a discussão racial, assim como o debate de gênero, passa pela reivindicação de uma educação cidadã, em que todas as pessoas estejam nelas incluídas. Essas pautas não foram incorporadas ao debate curricular sem a força dos movimentos sociais, e com ela constituíram documentos, como o que será apresentada na sequência. Em adição, cabe pontuar a constituição de secretarias como a SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão (anteriormente SECAD) – no qual uma grande parcela de capacitações, formações e especializações sobre essas temáticas foram ofertadas em todo Brasil.

2.5.1 Educação das relações étnicos raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana

A Resolução CNE/CP 01/04 e o Parecer 003/04 instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e foi homologado pelo Ministro da Educação com os devidos fins :

- a) Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

- b) Incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes
- c) Orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.
- d) A Educação das Relações Étnico-Raciais tem o objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, posturas e valores que eduquem cidadãos à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.
- e) Reconhecer e valorizar a identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.
- f) Caberá aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas por esta Resolução, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas
- g) Será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.
- h) As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.
- i) O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.
- j) Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.
- k) Estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projeto de ensino.
- l) Garantir o direito de alunos afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo

capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

m) Os casos que caracterizem racismo serão tratados como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, conforme prevê o Art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988.

O documento reforça que é importante compreender uma consciência política e histórica da diversidade, ter uma percepção de que a sociedade é formada por pessoas diferentes que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, com cultura e história próprias, fortalecimento de identidades e de direitos, rompendo com imagens negativas contra negros (as) e índios e ampliando o acesso a informações sobre a diversidade do País. Ações educativas de combate ao racismo e às discriminações, como cuidar para que se dê sentido construtivo à participação dos diferentes grupos sociais e étnico-raciais na construção da nação brasileira, fazem parte desses caminhos defendidos dentro do currículo escolar.

Os anos 90 no Brasil foram marcados por intenso debate em torno das políticas e ações voltadas para a garantia de acesso, permanência e qualidade de atendimento na educação. Entre outros eventos, ressalta-se a Conferência Mundial de Educação para Todos, na Tailândia que influenciou a elaboração do Plano Decenal de Educação, mediante o qual se estabeleceu o compromisso de garantir o direito à educação a todas as crianças, os jovens e adultos.

No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB foi aprovada e elaboraram-se as Diretrizes Curriculares Nacionais e depois os Parâmetros Curriculares Nacionais. Dessa maneira, em acréscimo, o Ensino Médio passou a ser compreendido como espaço-tempo de formação geral pertencente da formação básica para o trabalho e para o aprimoramento do(a) educando(a) como pessoa cidadã.

Essas normativas foram a materialização de pautas dos movimentos sociais que não eram apenas preocupações brasileiras, mas da educação no mundo. Os números sobre alfabetização, frequência escolar e entrada nas Universidades, por exemplo, indicavam que as experiências educacionais eram muito distintas a partir de marcadores como raça, gênero e classe. Nesse sentido, se a orientação educacional era de avanços das temáticas consideradas “diversidade” (que abriga um grande número de opressões, experiências e marcadores sociais), as Universidades também deveriam mudar e, conseqüentemente, os currículos das licenciaturas.

2.6. A FORMAÇÃO DOCENTE

Na prática da docência o(a) professor(a) tem que, primeiramente, gostar de ensinar, dedicar-se e sempre está estudando os mais variados assuntos para serem explorados em sala de aula, isso como elemento popular sobre a profissão. Para o sociólogo Wagner Santana, e consultor em educação da UNESCO no Brasil, para ser professor(a) é necessário muito mais do que vocação, uma condição importante e necessária, mas não suficiente. É importante que os(as) professores(as) desenvolvam competências racionais e técnicas específicas de seu ofício, responsabilidade com o seu trabalho e o compromisso com a aprendizagem dos(as) estudantes. Ele explica que há duas grandes dimensões que estão na base da identidade profissional docente, que foi mencionado na publicação “Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos”, uma das referências da Unesco. A primeira dimensão é o profissionalismo refere-se a um conjunto de atividades relativas a “aprender a ensinar” e “ensinar a aprender”. Nesse sentido, o aprendizado requer:

Competências cognitivas: conhecer, manipular informação e continuar aprendendo acerca do que é próprio da disciplina - e competências pedagógicas - saber como ensinar a disciplina, como trabalhar em ambientes diversos, como gerar condições adequadas para a aprendizagem em contextos de dificuldade e com grupos heterogêneos e utilizar criativamente os recursos didáticos disponíveis”. (UNESCO, 2008, p.61)

A segunda dimensão é a profissionalidade refere-se ao cumprimento responsável da missão atribuída pela sociedade aos(às) docentes:

[...] garantir o desenvolvimento integral dos(as) alunos(as) por meio de aprendizagens relevantes e pertinentes para todos(as). Ela pressupõe competências éticas que ‘habilitem o(a) docente a cumprir com o compromisso social de garantir o desenvolvimento integral dos(as) alunos(as) por meio de aprendizagens relevantes e pertinentes para todos(as)’, e competências sociais, que satisfazem as necessidades básicas de aprendizagem; adaptar-se e responder à permanente mudança do conhecimento; trabalhar em redes; promover diálogos e consensos. Exercer sua responsabilidade, direito na sociedade e nas decisões relacionadas com a educação, a escola e sua própria prática. (UNESCO, 2008, p.61)

Como se sabe, podemos afirmar que, para exercer bem a profissão o(a) professor(a) tem que gostar do que faz-, deve ter boas condições de trabalho, salário digno e oportunidades de aprimoramento profissional.

Uma fala muito pertinente da coordenadora do Programa de Educação do UNICEF no Brasil, Maria de Salete Silva diz que uma boa professora ou um bom

professor tem como diretriz de sua prática a compreensão de cada menino e menina como sujeitos de direitos. Por isso, a boa professora e o bom professor têm um olhar diferenciado para cada uma das crianças. Preocupam-se, portanto com o desenvolvimento pleno de seus estudantes, sua presença e ausência, sua saúde, exposição a situações de preconceito, discriminação e violência. Nesses saberes do ofício, Gauthier cita cinco categorias que são consideradas importantes para o exercício da docência: conhecer o conteúdo, seguir intuição, ter talento, experiência e cultura. Contudo, esse debate é mais complexo e não se trata apenas dominar o conteúdo que será ensinado, mas saber a melhor maneira de passar este. Segundo Gauthier, durante muito tempo, pensava-se que bastava dominar as competências de determinada disciplina e que era necessário apenas transmiti-lo em uma compreensão de que, quem sabe ler pode também ensinar com facilidade. Em outras palavras, se alguém domina certa matéria também terá facilidade de ensiná-la, mas isso não é bem assim. Para ensinar tem que ter um planejamento, organização, avaliação dos problemas de todas as disciplinas, bem como tempo de aprendizado de cada estudante.

Outra questão importante para destacar refere-se ao talento para exercer o ofício, como destaca Gauthier (2006):

É preciso dar razão à ideia de que o talento é indispensável ao exercício de qualquer ofício e que sem talento todo desempenho torna-se limitado. Entretanto, seria um erro esquecer que o talento só não basta, que o trabalho e a reflexão que o acompanha constituem um suporte essencial[...] além disso, o talento é coisa rara e as necessidades são abundantes na área da educação. (GAUTHIER, 2006, p.21)

No contexto atual na escola esse trabalho de pesquisa e de reflexão é um elemento fundamental para a profissionalização do ensino. O professor (a) também deve saber construir e planejar artifícios e sequências didáticas, com o envolvimento discente em atividades de pesquisa, em projetos de conhecimento. Nesse sentido, existem dois obstáculos no exercício da profissão: o primeiro é de que a atividade docente é uma atividade que se exerce sem revelar os seus saberes; o segundo é o relativo às ciências de educação por produzirem saberes e não valorizam o exercício do magistério.

Hoje, sabe-se que o(a) professor(a) precisa dominar as técnicas de ensino, didática, bem como saberes relacionado a tecnologias no ensino também são relevantes. É importante ter interesse em novas metodologias, estar sempre atualizado, pois isso contribui muito para a formação de bons profissionais. Com isso, torna-se mais consistente a tarefa da formação que pode ser baseada em determinados tipos de saberes

como: disciplinares, curriculares, das ciências da educação, da tradição pedagógica, experiências e da ação pedagógica. Gauthier refere ao perfil como:

(...) temos um perfil integrado do “Bom professor”, daquele que se utiliza de estratégias para fazer os alunos aprenderem [...] uma abordagem pedagógica integrada que toca por vezes a gestão de aprendizagem e também a gestão da classe [...] fazer o Ensino Explícito dos conteúdos e o Ensino Explícito dos comportamentos. (GAUTHIER, 2006, p.270)

A formação de professora (or) é uma tarefa árdua, sobretudo porque ensinar tem um papel fundamental na sociedade contemporânea. O ensinar é uma função exercida em todo mundo em todas as culturas. Há um questionamento de que acontece quando o (a) professor (a) ensina o que faz para educar com seus saberes, quais suas habilidades e o que é preciso para ensinar. É importante que a formação dos (as) professores (as) não tenha se limitado a dados e disciplinas teóricas. Antes de qualquer coisa, deve ter aprendido na faculdade tanto os conteúdos quanto a maneira de ensinar, ou seja, a formação pedagógica, os conteúdos da docência. Isso é, aliás, reiterado pela pesquisa "Professores do Brasil: impasses e desafios", promovidos pela UNESCO em 2008.

A formação docente tem sido abordada nos últimos anos sob diferentes enfoques. Esforços e estudos voltam-se para a busca da qualidade da formação, centrados no aprimoramento de instrumento teórico-prático que considere a especificidade da ação educativa, muitos dos quais na perspectiva da profissionalização docente. No Brasil, a política educacional, é traduzida pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e textos legais que a regulamentam. O(A) professor(a) é a pessoa que sabe alguma coisa e sua função é expandir seus saberes para outras pessoas-, “[...] os professores sabem decerto alguma coisa, mas o que exatamente? Que saber é esse? São eles apenas “transmissores ‘de saberes, no âmbito desua profissão?’” (TARDIF, 2002, p.31).

Nessa perspectiva, uma fala de Paulo Freire sobre ensino e aprendizagem em sala de aula pondera que os dois lados aprenderão juntos e para isso, é necessário que as relações sejam afetivas e democráticas, garantindo a todos a possibilidade de se expressar.

É que não existe ensinar sem aprender e com isto eu quero dizer mais do que diria se dissesse que o ato de ensinar exige a existência de quem ensina e de quem aprende. Quero dizer que ensinar e aprender se vão dando de tal maneira que quem ensina aprende, de um lado, porque reconhece um conhecimento antes aprendido e, de outro, porque, observado a maneira como a curiosidade do aluno aprendiz trabalha para apreender o ensinando- se, sem o que não o aprende, o ensinante se ajuda a descobrir incertezas, acertos, equívocos. (FREIRE, 2001, p.259).

O diretor do Instituto Paulo Freire, José Eustáquio Romão em São Paulo destaca que "Uma das grandes inovações da pedagogia freireana é considerar que o sujeito da criação cultural não é individual, mas coletivo". Evidentemente, a Pedagogia progressista não tem como institucionalizar-se numa sociedade capitalista; daí ser ela um instrumento de luta dos (as) professores (as) ao lado de outras práticas sociais.

Nessa premissa, trabalhar com os (as) alunos (as) a crítica-social por meio de seus conteúdos programáticos vivos, ou mesmo por meio de projetos pedagógicos, tornando a escola uma ferramenta mediadora desse processo integrador do todo social, pois trabalhar com os conteúdos culturais universais constituídos em domínios de conhecimento relativamente autônomos.

No que tange as relações entre coletivos sociais, Miguel González Arroyo (2012) define sujeitos de conhecimentos, valores, culturas, processos de humanização/emancipação, tais quais quilombola, indígenas, povo da floresta, movimento feminista, negro, de orientação sexual, pró-teto, moradia, pré-escola/universidade, demonstrando formas de ocultamento ou de hierarquização dos sujeitos. Dado isso, trazer para o pensar e fazer educativos é reeducar para pôr em foco sujeitos sociais em formação e reconhecimento como agente, sujeito em movimento.

Ou seja, a própria discussão sobre formação docente e preocupações pedagógicas com os saberes a serem mobilizados no exercício dessa profissão, casam com a ideia de inclusão dos diversos sujeitos e da atenção às experiências com base nos distintos marcadores sociais.

Ocorre que, na diversidade de movimentos sociais não podemos falar de uma só pedagogia, mas de pedagogias antagônicas construídas nas relações políticas, sociais, e culturais de dominação e subordinação, seja de resistência e afirmação. Os diferentes grupos e movimentos sociais possuem um percurso de lutas políticas e sociais, construindo também suas próprias teorias pedagógicas historicamente. Para Arroyo (2012):

[...] a diversidade de movimentos sociais aponta que não podemos falar de uma única pedagogia nem estática nem em movimento, mas de pedagogias antagônicas construídas nas tensas relações políticas, sociais e culturais de dominação/subordinação e de resistência/afirmação de que eles participam. Todas as pedagogias fazem parte dessas relações políticas conflituosas de dominação/reação/libertação. (ARROYO, 2012)

Paulo Freire reflete a prática educativa, referindo sempre aos novos sujeitos sociais e políticos, aos movimentos de jovens, de trabalhadores, principalmente nos anos 1960 e 1970. A questão não é “educar pessoas”, mas sim “como educar” e como

estes aprendem e como se afirmam diante de subjetividades, bem como o processo de formação social, os sujeitos sociais, culturais, étnicos e políticos. Na Pedagogia do oprimido, por exemplo, (FREIRE, 1987) se refere: “aos movimentos de rebelião, sobretudo de jovens no mundo atual [...] e com os diversos movimentos de libertação de descolonização estão presentes nas décadas de 1960 e 1970.”. Essas preocupações, que estão ligadas à forma do processo de ensino-aprendizagem, se somam às discussões de gênero, raça e sexualidade, que pontual o que estudar no espaço escolar.

Entre os documentos que orientam os investimentos do Estado e as políticas educacionais no Brasil, está os Planos Nacionais de Educação, construídos com base nos debates promovidos entre os Conselhos e constituído a partir das Conferências Nacionais de Educação. A última versão, em vigor no ano de 2022, iniciou seu debate no ano de 2014 e teve um longo período de tramitação devido à manutenção ou não das discussões de gênero e diversidade no documento. Nessa conjuntura, inclusive o termo “gênero alimentício” foi retirado de versões estaduais e municipais, expressando o pânico social diante do debate.

Ainda como exemplo de como as pautas dos movimentos foram disputadas diante do currículo, o “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos” (PNEDH) é constituído no governo Lula como resultado, principalmente de uma articulação entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o MEC e o Ministério da Justiça e o envolvimento dos três poderes da República trazendo o compromisso de promover educação de qualidade, através da constituição de instrumentos de conquista dos direitos fundamentais e sociais previsto no ordenamento jurídico prático.

A sociedade civil foi uma grande parceira na elaboração do Plano que se estabelece em cinco grandes eixos de atuação: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não – Formal Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia. O Plano, com versões mais recentes, se destacava como uma política pública para consolidação na sociedade brasileira dos princípios da democracia, cidadania e justiça social reforçando a construção de uma cultura de direitos humanos.

Os objetivos primordiais do Plano listados no documento de 2003 são:

- Fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais;
- Promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana;

- Fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e amizade entre as nações os povos indígenas e grupos raciais , nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos;
- Estimular a participação efetiva das pessoas em uma sociedade livre e democrática governada pelo estado de direito;
- Construir, promover e manter a paz.

Em adição, é possível mencionar algumas dimensões importantes do PNEDH, que identificam suas preocupação e que fortalece a concepção cidadã de educação, defendidas nesse trabalho:

- formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político;
- apresentação de conhecimento historicamente construído sobre direitos humanos e sua relação com os contextos internacional, nacional local;
- desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizado;
- afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, 2003)

Na Educação Básica, com base nas informações acima expostas, a educação em direitos humanos deve englobar questões referentes ao campo formal, à escola, aos procedimentos pedagógicos, às agendas e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora. Tem como objetivo democratizar as condições de acesso, permanência e inclusão de todos e todas na educação infantil, ensino fundamental e médio e de concentrar esforços, desde a infância, na formação de cidadãos(ãs), com atenção especial às pessoas e segmentos sociais historicamente discriminados.

Para fortalecer essa temática termino citando o pensamento do educador baiano e pioneiro da nova pedagogia Anísio Teixeira, considerado o criador do sistema público de educação no nosso país, e que já combatia a restrição da educação, às elites dominantes e a aproximação religiosa. O mesmo defendia que todos deveriam ter acesso a um sistema de educação gratuito e de qualidade.

"A aprendizagem resultante do processo educativo não tem outro fim, senão o de habilitar a viver melhor, senão o de melhor ajustar o homem as condições do meio." (Teixeira,2007, p.65)

Dessa forma, pensar a formação docente atenta aos temas listados neste capítulo, que passam por reconhecimento das demandas de movimentos sociais, de discussões teóricas qualificadas e de preocupações metodológicas e pedagógica do processo de ensino-aprendizagem, são elementos para pensar uma educação inclusiva e cidadã. Com esses subsídios, no próximo capítulo, iremos avaliar a experiência da Caravana da Igualdade: Diálogos formativos, política educacional implementada pelo governo do estado da Bahia. A análise tem como base minha experiência, enquanto estagiário da Secretaria Estadual de Educação (Bahia), entre os anos de 2014 e 2016, e busca analisar essa ação diante dos aportes teóricos fornecidos pelo Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade.

3. CARAVANA DA IGUALDADE/ DIALOGOS FORMATIVO

Neste capítulo será abordado as ações promovidas pela “Caravana da Igualdade/Diálogos Formativos”, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), Coordenação de Educação para a Diversidade (CED), Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) e a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), dando ênfase à formação em temáticas como: gênero, sexualidades e relações étnico raciais, voltada docentes, gestores(as), técnicos(as) e alunos(as) dos Núcleos Regionais de Educação (NRE).

A temporalidade da pesquisa se deu entre os meses de setembro de 2014 a dezembro de 2016, período referente ao estágio obrigatório do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade. A inserção no campo ocorreu a partir do componente obrigatório do curso estágio supervisionado quando o professor Felipe Fernandes deu a total liberdade de escolha para os alunos (as). Tinha disponível outros campos de atuação, dentre elas no Ministério público, ONGs e outras secretarias. No primeiro semestre do estágio a coordenação de campo, que destaca uma profissional a acompanhar as atividades na instituição do estágio, estava sob a responsabilidade de Silvana Santos Bispo, mestra, historiadora, professora da rede pública de ensino do estado da Bahia e militante do movimento de mulheres negras. Após as eleições para governador do estado em 2015 foram realizadas mudanças na organização da Secretaria de Educação. Entre essas organizações a Coordenação de Educação para Diversidade passou a ser gerida pela pedagoga Érica Capinan, que já atuava na Secretaria junto ao Projeto de Monitoramento, Acompanhamento, Avaliação, e Intervenção Pedagógica (PAIP)⁷ na Rede Estadual de Ensino da Bahia. Considerando a substituição de Silvana no referido cargo, Érica passa a supervisionar o estágio até o fim da minha experiência. É importante ressaltar que o estágio obrigatório, compreende um ano e meio, permaneci na SEC por dois anos e três meses. Nos primeiros meses de estágio ele não era remunerado, a coordenadora Érica em conversa com a diretoria verificou a possibilidade de me incluir na folha de pagamento da secretaria. A mesma foi orientada se eu tinha

⁷ É um projeto de gestão com foco no monitoramento, acompanhamento, avaliação e intervenção no trabalho pedagógico das escolas da rede pública estadual de ensino da Bahia.

cadastro no Programa Instituto Euvaldo Lodi (IEL)⁸ e essa seria a forma de pagamento como estagiário sendo assim, passando a ser remunerado depois de um ano. Concluir o estágio obrigatório (três semestres) e o contrato pelo IEL teve a validade de 2 anos.

No primeiro semestre do estágio minhas atividades eram: sistematização de dados, suporte em atendimento telefônico e presencial, organização de referências teóricas e protocolos de entrada e saída de documentos e materiais didáticos. A forma de organizar as tarefas e trabalho de cada uma das coordenadoras se difere. Com Silvana eram serviços mais internos e sistemáticos. Com a Érica eram serviços mais práticos, pedagógicos e participativos. E isso proporcionou aprendizados diferentes tanto na área interna da Coordenação de Educação para a Diversidade, como também na parte organizacional, quanto administrativa e na área externa participando de palestras, formações, seminários e rodas de conversa.

A Coordenadora Érica, com sua vasta experiência no PAIP, desenvolvia as formações e palestras na temática de gênero, raça e sexualidade (áreas onde ela tem domínio de fala e vivências), se adaptou nessa nova gestão de assumir uma coordenação. Ela que já tinha uma boa relação com a CED e as duas coordenações sempre trocavam experiências e a mesma já trabalhava com esses três eixos. A iniciativa foi oriunda das reuniões do Grupo de Trabalho - GT de Educação e Universidade, que é composto pela Rede Estadual de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa, em parceria com a Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial - SEPRMI, Secretaria Estadual de Educação - SEC e Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego e Renda - SETRE. Em conversas internas com a SEPRMI, eles entram em sintonia de ideias e criam a Caravana da Igualdade/Diálogos Formativos sendo que a primeira formação foi planejada para Salvador e região metropolitana.

A Caravana da Igualdade/Diálogos Formativo não foi um projeto pioneiro nessa temática, pois outro muito similar foi desenvolvido pelas professoras Rosângela Janja e Amélia Tereza Santa Rosa Maraux, docentes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB), respectivamente. A proposta também visava a formação com o mesmo recorte temático, levando o debate de gênero, raça e sexualidades nas escolas da rede pública de ensino do estado.

⁸ Programa IEL de Estágio aproxima estudantes universitários e de cursos técnicos do mercado de trabalho. Faz parte do Sistema de Indústria, junto com CNI, SESI e SENAI.

A partir dos relatórios, pareceres, notas técnicas coletamos parte significativa das informações que seguem sobre “A Caravana da Igualdade /Diálogos formativos”. Dessa forma, além da narrativa de minha experiência

A concepção de viajar e fazer as formações em educação para as relações étnico-raciais, gênero, sexualidade e raça nos 27 “Núcleos regionais de educação” (NRE), segundo o site da Secretaria da Educação, ocorreu a partir da extinção das “Diretorias Regionais de Educação” (DIREC) presentes em todos os Territórios de Identidade da Bahia⁹. Nesse cenário, podemos identificar as seguintes sedes: Irecê, Bom Jesus da Lapa, Seabra, Serrinha, Itabuna, Valença, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Amargosa, Juazeiro, Barreiras, Macaúbas, Caetité, Itaberaba, Ipirá, Jacobina, Ribeira do Pombal, Alagoinhas, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Santo Antônio de Jesus, Jequié, Santa Maria da Vitória, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Salvador e Eunápolis. Os “Núcleos Regionais de Educação” (NRE), que substituem as “Diretorias Regionais de Educação” (DIREC’s) tiveram sua regionalização definida de acordo com os Territórios de Identidade do Governo do Estado.

A SEC, através da Coordenação da Educação para Diversidade (CED), coordenada pela pedagoga Érica Oliveira Barbosa, teve em 2015 o ano I da edição da Caravana. Com base nessa experiência, a Secretaria entendeu que era possível a expansão territorial do projeto, e era viável sair da centralidade de Salvador e região metropolitana. Em diálogo com a SEPROMI, que tinha um interesse em difundir o Estatuto da Igualdade Racial (instituído pela Lei 12.888, de 20 de julho de 2010¹⁰) nos territórios baianos, a iniciativa foi gerida. O técnico pedagógico da época, o professor Babilon Carvalho, tinha o desejo de fazer uma caravana e foi nesse processo que nasceu a Caravana da Igualdade /Diálogos formativos, esforço empreendido por duas secretarias. De forma mais estruturada, os Diálogos formativos com os núcleos regionais foi uma proposição da SEC-CED, e a Caravana da Igualdade foi construída na materialização de uma agenda da SEPROMI de difundir o Estatuto e as políticas de promoção da igualdade racial e as políticas para os povos e comunidades tradicionais. Ainda sobre a estrutura da SEPROMI destaco a “Coordenação de Políticas para as

Território de Identidade é a unidade de planejamento de políticas públicas, constituído por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial, conforme disposto no Plano Plurianual.

¹⁰ A lei visa “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”.

Comunidades Tradicionais”, área que tem por finalidade formular políticas de promoção da defesa dos direitos e interesses das comunidades tradicionais, inclusive Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado da Bahia, reduzindo as desigualdades e eliminando todas as formas de discriminação identificadas.

Com o projeto em execução, foi realizada a articulação com outra secretaria do Estado, ampliando o que discutimos no Bacharelado em Estudos de Gênero sobre a importância da intersetorialidade das políticas públicas (LISBOA;LOLATTO, 2012). O debate promovido entre as professoras Teresa Kleba Lisboa e Simone Lolatto, ao analisar experiências de pessoas assistidas socialmente pelo Estado, a necessidade de políticas públicas que além de intersetoriais, sejam interseccionais e interdisciplinares. Essa articulação, anteriormente mencionada, foi a parceria com a SETRE, instância interessada em difundir o DVD “A cor do trabalho”, material que abordava o empreendedorismo negro e a economia solidária. Em diálogo, essas três secretarias pautaram ações por parte do Estado na promoção da política e o enfrentamento ao racismo, lesbotransfobia, a intolerância religiosa. Nesse sentido, a Caravana da Igualdade foi a materialização dessa intersetorialidade, em um programa alinhado às agendas governamentais.

O documentário “A Cor do Trabalho” foi uma realização da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) em parceria com o cineasta baiano Antonio Olavo. O longa-metragem conta a história do trabalho negro na Bahia desde o tempo da escravidão até os dias atuais. “O objetivo é mostrar, realmente, como a educação pode ajudar na ascensão do negro na sociedade”, explica Antonio Olavo na sessão de lançamento, aberta ao público, no auditório da Universidade do Estado da Bahia (Uneb)¹¹, . O documentário traz experiências vitoriosas de negros e negras que, ao longo dos séculos, romperam com o estigma do preconceito racial por meio da educação, da abertura de negócios próprios ou tiveram êxito em sua trajetória profissional. O cineasta destaca que o filme mostra que “a educação e a qualificação profissional melhoram a maneira de se enfrentar a desigualdade social”.

Esse documentário não tem cunho comercial, tendo como público principal estudantes de escola pública do estado formados, majoritariamente, por jovens negros e negras. As exibições do documentário tiveram como proposta o acesso livre e três mil

¹¹ Estreia dia 12 de dezembro de 2014 às 19h no auditório da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), no bairro do Cabula, em Salvador.

cópias foram doadas para bibliotecas, instituições públicas culturais, entidades negras e todas as escolas dos ensinos fundamentais, médio e superior da rede pública da Bahia no ano de 2016.

3.1 HISTÓRICO

A Caravana foi realizada em 27 NRE (ANEXO I), contudo não foram atingidos todos os municípios do estado da Bahia, que possui um total de 417. Dessa forma, entre as cidades contempladas, estiveram as sedes de cada Núcleo Regional de Educação. Para identificarmos de forma mais estruturada a ação empreendida pelo Estado, irei discorrer cronologicamente sobre as edições a partir de dados coletados nas documentações as quais tive acesso.

3.1.1. I Edição da Caravana

A I Edição da Caravana, foi realizada entre os meses de julho e setembro de 2014, tendo como público-alvo gestores(as), técnicos(as), professores(as), gestores(as) do departamento de promoção da igualdade racial e os(as) coordenadores(as) do Juventude Viva. Apresentando de forma pontual, o Plano Juventude Viva reuniu ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros em situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia faixa etária entre 15 e 29 anos.

Retomando a narrativa da primeira edição, as atividades aconteceram nas sedes dos Núcleos Regionais de educação – NRE's – e em colégios. Foi reunido cerca de 500 profissionais que percorreram 17 municípios, listado a seguir: Teixeira de Freitas, Itabuna, Itapetinga, Macaúbas, Caetité, Itaberaba, Jacobina, Ribeira do Pombal, Ipirá, Alagoinhas, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Eunápolis e Juazeiro.

- No início de agosto de 2015 a Caravana esteve em Feira de Santana e Ribeira do Pombal, nesta formação houve um debate sobre o uso do nome social de estudantes travestis e transexuais nas unidades de ensino da Bahia, cujo direito é assegurado pela Resolução nº 120/13, do Conselho Estadual de Educação, e a educação escolar quilombola, conforme a Lei nº 10.639/2003.

o Em 16 de setembro do mesmo ano foi realizada na cidade de Itabuna, que aconteceu no Núcleo Regional de Educação (NRE 05), no Colégio CIOMF- Centro Integrado Oscar Marinho Falcão, localizado no bairro Santo Antônio.]

Se observarmos a primeira edição da Caravana pela gestão das políticas públicas para diversidade, as discussões tiveram como base a ampliação das ações desenvolvidas pelo Estado voltadas à educação para as relações étnico-raciais, de gênero e sexualidades e envolveram diferentes categorias: desde as pessoas que implementar a política pública na ponta, como professores(as), até as pessoas ligadas à formulação das políticas públicas, como gestores(as) e técnicos(as) estaduais e municipais.

Nessa ocasião foi trabalhada a educação escolar quilombola, conforme a Lei 10.639/2003, e envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, assim como o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia, em vigor desde 2014.

Composto por representantes das SEPROMI e da SJDHDS, além dos Conselhos de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) e de Juventude (CEJUVE), todas essas instituições ligadas respectivamente. O Plano soma esforços ao programa “Pacto Pela Vida”, desenvolvido pelo Governo baiano desde 2011, para reduzir os índices de violência, tendo ênfase na diminuição dos crimes contra a vida.

3.1.2. II Edição da Caravana

Na segunda edição da Caravana da Igualdade/ Diálogos Formativos, foi realizada a formação em sete municípios e são eles: Ilha de Itaparica, Formosa do Rio Preto, Santo Antônio de Jesus, Jequié, Santo Amaro, Santa Maria da Vitória e São Francisco do Conde. Se avaliarmos o público beneficiado pela ação, diretamente foram cerca de 150 pessoas entre gestores(as) de colégios e servidores(as).

Cabe destacar que a Caravana da Igualdade/Diálogos Formativos foi realizada de forma concomitante ao Novembro Negro da Secretaria, em escolas da rede estadual no referido mês. Exemplificando um desses casos, a Escola Estadual Carneiro Ribeiro, localizada na Ilha de Itaparica, no município de Vera Cruz, recebeu em três de novembro de 2015 a formação. Na ocasião, foi discutido com os(as) estudantes temas como valorização da educação para a diversidade, focando no enfrentamento ao racismo, machismo, sexismo e homofobia. Se compararmos com a primeira edição,

podemos identificar a incorporação de estudantes no público alvo dessa política pública. Inicialmente a gestão e docentes foram os sujeitos para qual a iniciativa estiveram direcionada e essa mudança pode ser pensada a partir da descrição dos novos objetivos da ação. Nesse sentido, o objetivo era a valorização do protagonismo juvenil e fazer com que esses jovens entendessem que podem se somar no combate ao racismo e preconceito de todas as formas, que é possível ser jovem e também politizado. Essa alteração muda o foco da ação, dando protagonismo às pessoas as quais essa ação deve beneficiar e tornando esses(as) jovens multiplicadores(as).

A segunda Edição constatou que uma das formações mais importantes ocorreu no bairro Nordeste de Amaralina, no Município de Salvador, o encontro foi no dia 17 de novembro de 2015 no Centro Social Urbano (CSU) do bairro. Participaram da atividade, representantes da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPRMI), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) o então Coordenador Estadual do Plano Juventude Viva e a Presidenta da Comissão de Igualdade da OAB, sessão Bahia. Conforme informações contidas no documento analisado, a advogada abordou sobre o respeito à diversidade religiosa, destacando a liberdade de escolha da crença, garantida no Estatuto da Criança e do Adolescente, independente da convicção dos familiares.

No dia 25 de novembro de 2015, a Caravana esteve no município de São Francisco do Conde. Nessa formação foi discutido “O racismo institucional”, temas debatidos nesse encontro pelo Coordenador Executivo, com os estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Esse encontro foi composto por representantes de universidades federais e estaduais (UNILAB, Universidade Federal da Bahia, Universidade do Estado da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Estadual de Santa Cruz e Universidade Estadual do Sudoeste Baiano). Teve como objetivo envolver a comunidade acadêmica, estudantes da rede pública e moradores locais para o enfrentamento ao racismo, à intolerância religiosa e demais formas de discriminação nos ambientes de formação. O painel foi encerrado com a participação da professora da Universidade da Carolina do Norte (EUA), Courtney Woods, que falou do racismo ambiental, pontuando desastres que afetam diretamente a população negra e os povos e comunidades tradicionais, mas que muitas vezes são tratados como acidentes.

3.1.3. III Edição da Caravana

Em 2016, foi realizada a terceira edição do programa, aberta para os(as) estudantes e para toda a comunidade escolar, assim como a edição que a antecedeu. Nessa experiência as formações aconteceram nas cidades de Cachoeira, Maragogipe, Conceição do Coité, Juazeiro, Nova Soure, Feira de Santana, Barra, Paulo Afonso, Formosa do Rio Preto, Porto Seguro, Jequié, Palma de Monte Alto, Irecê, Conceição de Feira, Vitória da Conquista, Boa vista do Tupim e Salvador, tendo o foco dos servidores, mas voltados as áreas de assistência social e conselhos tutelares, no total de cerca 350 pessoas participando. A terceira edição da Caravana da Igualdade/Diálogos Formativos estava prevista para cerca de 25 cidades em seis territórios de identidade, mas, conforme observado na lista acima, essa meta não foi cumprida. Muitos dos Municípios terão retorno para ampliar o público estratégico, assim nessa edição teve um público diversificado (ver ANEXO III).

Pensando na historicidade das ações empreendidas nessa fase da política pública, a primeira cidade foi Santiago do Iguape, a segunda foi Maragogipe, no mês de março de 2016, e essas iniciativas contaram com o apoio das gestões de suas respectivas Prefeituras. Essa edição incluiu roda de diálogo sobre o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado, em especial o capítulo do direito à educação; Plano Juventude Viva e Década Estadual Afrodescendente. Ou seja, os recortes temáticos são replicados e podemos identificar ajustes dependendo das demandas e conjuntura da ação. Na ocasião, o então coordenador executivo da CPIR- SEPROMI, foi apresentada para comunidade quilombola.

Na cidade de Juazeiro, no mês de abril de 2016, o local sede do debate foi o Centro de Cultura João Gilberto, que contou com a presença de vereadores e do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Juazeiro. Esse elemento mostra um apoio municipal diante das ações empreendidas pelo governo do estado. Nesse dia a SETRE esteve presente discutindo o desenvolvimento, fomento de empregos, trabalho e renda, e economia solidária. O interesse na ação não esteve restrito às instâncias do Estado e contou com uma participação mais ampla como de grupos da sociedade civil e movimentos sociais como o “Levante Popular da Juventude”, o “Conselho Municipal de Cultura e de Igualdade Racial”, além dos(as) servidores(as) das secretarias municipais como da Educação, da Assistência Social e da Economia Solidária. Se por um lado o debate em torno de temas nomeados como da “diversidade”

estiveram sendo perseguidos por grupos com perspectivas conservadoras, precisamos reconhecer que o combate às desigualdades e a promoção da “igualdade de gênero” estão entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assumidos por países como o Brasil junto à ONU. Assim, seja como agenda governamental, seja como interesse dos movimentos sociais, a temática resistiu às resistências que a conjuntura apresentou durante a execução da iniciativa.

Seguindo com a narrativa cronológica, no mês de maio de 2016 a Caravana da Igualdade/ Diálogos Formativos atuou pela primeira vez, diretamente, com uma comunidade indígena, em conjunto com o Núcleo Regional de Educação (NRE 24) e dos representantes do Fórum. O evento aconteceu na Escola Capitão Francisco, na aldeia Tuxá, no distrito de Rodelas, município de Paulo Afonso. Essa informação nos remete a interesses de edições anteriores, que versava sobre as comunidades tradicionais. Logo, podemos identificar que há um atraso entre as intenções e a efetiva implementação nos termos teóricos em que a iniciativa foi pensada.

Na cidade Boa Vista do Tupim a formação aconteceu no mês de junho de 2016 e participaram das atividades agentes comunitários(as) de saúde, psicólogos(as), assistentes sociais, conselheiros(as) tutelares, entre outros(as) profissionais, que poderiam multiplicar o conhecimento nas suas áreas. Essas são considerações que trago ao longo do trabalho, e que estão presentes nos relatórios analisados neste capítulo, nos mostram as intenções da ação, mas não trazem elementos para medir o impacto da iniciativa. Com a listagem das cidades em que as formações foram previstas e os breves pareceres de cada uma das ações conseguimos identificar os temas trabalhados, a quantidade de pessoas formadas, o que representa o cumprimento da meta. Contudo, na avaliação das políticas públicas cabe pensar também no custo benefício dessas ações (ou eficiência) e como a ação altera uma dada realidade a qual ela quer transformar, pensando nos impactos da ação. Nesse sentido, é importante destacar que essa documentação não realiza tal avaliação. Em acréscimo é importante destacar que todos esses levantamentos representam custos financeiros que poderiam retirar recursos da ação em si. Assim, mais do que estabelecer acusações, entendo que se tratam de escolhas de gestão, que poderiam ser diferenciadas se executadas por outro grupo e gestores(as).

No Município de Coaraci, a formação aconteceu no Ginásio Municipal de Esportes, reuniu mais de 100 jovens que apontaram a dificuldade de acesso ao esporte estadual, o que provoca o desestímulo para os(as) esportistas da região. Isso mostra um

pouco da constante alteração do perfil de pessoas atendidas. Isso pode ter ocorrido a partir de escolhas conscientes das pessoas que estão aplicando a política pública, ou limitada pelas condições dispostas em cada uma das ofertas. Entretanto, em uma perspectiva mais ampla, essas mudanças dificultam a comparação das experiências e uma avaliação mais consistente, já que diferentes públicos atendidos implicam em diferentes objetivos. Isso pode dar a impressão de ações que não estão alinhadas com o ciclo das políticas públicas, que são reavaliadas e reformuladas para serem replicadas, ou simplesmente descartadas, uma vez que o problema social da intervenção é resolvido.

Ainda sobre o município de Coaraci, a atividade foi realizada em conjunto com a Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDJ, com o nome Caravana da Justiça dando início a atividade diálogos com a juventude, realizada no dia 27 de julho de 2015. No dia seguinte, 28 de julho, a formação foi realizada no município de Itabuna, no Centro Territorial de Educação Profissional do Litoral Sul II, com mais de 150 jovens que debateram os investimentos na educação por parte do Estado.

No dia 29 do mesmo mês o evento foi realizado no município de Ilhéus, na Associação de Moradores do Bairro Afrânio Peixoto, um dos maiores bairros populares do Município. Na ocasião, o tema mais debatido foi emprego para a juventude. A Caravana da Igualdade/Diálogos Formativos, participou, no mesmo dia, da edição do Mutirão Social, no Centro Social Urbano no Município de Itabuna, onde foi abordado as políticas das secretarias que integram o projeto, além de debater sobre o combate ao racismo e a vulnerabilidade da juventude negra do estado. Essas informações nos mostram que as viagens eram otimizadas para publicização dos temas trabalhados pelo programa e das ações empreendidas pelas secretarias do estado.

No dia 26 de agosto de 2016 a Caravana da Igualdade/Diálogos Formativos se fez presente na sede do bloco afro Malê DeBalê¹², no bairro de Itapuã, em Salvador. O encontro resultou de parceria do bloco afro com a SEPROMI, via Centro de Referência de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa Nelson Mandela, que ofereceu orientações sobre violação de direitos nesta área e estratégias de enfrentamento. O evento, que contou com a participação de educadores/as e estudantes da região, faz

¹² Entidade do movimento negro que resiste a mais de três décadas no cenário musical baiano, o Bloco Afro Malê Debalê marcou os anos 1980 e 1990 pela afirmação da luta contra o racismo e pela ocupação de espaços pelo povo negro.

parte da programação do “Agosto da Igualdade. Ele seleciona projetos de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, que desenvolvam ações, iniciativas, atividades e projetos voltados para a promoção da igualdade racial das comunidades tradicionais, população negra e/ou sua história, com referência aos ideais de luta e liberdade propagados a partir da Revolta dos Búzios. Durante esse evento as crianças ligadas ao bloco se apresentaram, o que simbolizou o encerramento da Caravana.

Para a Coordenadora da CED, a recepção, bem como as metodologias propostas nos núcleos, foram muito boas e acolhedoras. Essa avaliação institucional ainda destaca que o ponto positivo foi o acolhimento acima do esperado e o ponto negativo quantitativo de público reduzido, atribuída a logística e a mobilização dos(as) gestores(as) e professores(as). Em níveis de avaliação de política pública, constatações como essa nos mostra que aspectos do custo benefício da ação não foram bem planejados. Se a formação possuía um custo independente do quantitativo de pessoas participantes, garantir o maior número de participantes significaria compromisso com os recursos públicos.

Mesmo em meios às crises políticas presentes no ano de 2016, não podemos identificar dificuldades para trabalhar as questões raciais, gênero e sexualidades, mesmo com a retirada desses termos do Plano Estadual de Educação da Bahia. A caravana continuou sendo realizada, mas com a identificação de outros desafios, como a falta de carro oficial, passagens e diárias, etc. Em outras palavras, em documentos educacionais a “diversidade” foi mantida, mas o orçamento público não apoia essa narrativa de inclusão e cidadania.

Conforme a Coordenadora Érica a Caravana seguiu em frente com todas as dificuldades:

Continuamos a realizar as nossas ações nessas temáticas juntos com os parceiros e entendemos que isso era uma forma de mostrar a nossa indignação ao plano estadual de educação e como uma forma de que a gente estimule as escolas em continuar trabalhando com a educação para as relações de gênero e sexualidades. Existiu sim a crise, o fundamentalismo e o impeditivo, mas a CED não deixou de realizar nenhuma atividade por causa disso, pelo contrário, nós realizamos rodas de conversas no Ensino de Jovens e Adultos da rede municipal, mesas temáticas e rodas de conversas entre outras realizações. (palavras da Coordenadora).

3.2. PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

Para a realização da “Caravana da Igualdade”, foi realizada reunião de alinhamento entre a CED e a SEPROMI dividindo as cidades de cada NRE (ver ANEXO II) e escolhendo a equipe dos formadores(as), constituída pela Coordenação da CED.

Em cada cidade era escolhida uma pessoa ou duplas formadas pelas Secretarias responsáveis pelo debate. A escola recebia um ofício através da Assessoria de Comunicação da SEC informando o objetivo da iniciativa. Os responsáveis se articulavam com o(a) gestor(a) da escola na qual seria realizada a formação, mobilizando e promovendo o apoio para assegurar a logística dos encontros. O intuito era promover ações pedagógicas juntos as escolas para fomentar um novo olhar para as políticas de educação básica ao colocando em pauta as questões raciais, de gênero e sexualidades.

A Caravana foi realizada, geralmente, em dois dias e seguiu uma programação pré-estabelecida: No primeiro dia uma reunião de alinhamento com a CODEB, PAIP, Direção do NRE e visita técnica à duas Unidades Escolares (U.E), para aplicar o questionário de “Avaliação/Intervenção das Unidades Escolares”(ver ANEXO I). No segundo dia de trabalho era realizada uma Roda de Conversa “Educação Para a Diversidade” com Representante da SEC/CED/DIREM. Professores(as), gestores(as), técnicos(as) da rede e alunos(as) do ensino médio da rede estadual foram os públicos-alvo dessas formações.

É apresentada a estrutura da Superintendência, Diretoria e da Coordenação de Educação para a Diversidade (Educação Escolar Quilombola/Educação Para as Relações étnico-racial de Gênero e Sexualidades). E com intervenções da SEPROMI e da SETRE além da exibição do documentário “A cor do trabalho”. E na vivência de grupo trabalhavam com três textos a seguir:

- 1) O cego e o publicitário, Autor desconhecido;
- 2) Navio negreiro, Solano Trindade, Poesia Antológica;
- 3) Intertexto, Bertolt Brecht (ver ANEXO III).

Uma vez trabalhado o material, as atividades eram finalizadas com um momento de reflexão, onde os(as) participantes avaliavam o encontro. Alguns referenciais eram utilizados para esse processo que compreendiam as categorias listadas a seguir:

- **que bom** (trabalhar com leveza os temas sobre diversidade, as articulações entre as secretarias e o acontecimento dessa formação)
- **que pena** (poucas pessoas envolvidas nas discussões e não foi muito amplo para o público)
- **que tal** (uma nova estrutura no currículo, comprometimento dos(as) professores(as) presentes e parcerias entre as secretarias municipais).(ver ANEXO III)

Além desse momento de avaliação coletiva, a cada final da Caravana era realizado um relatório das experiências e as discussões que causaram certo incômodo e deslocamento. Alguns participantes ressaltaram a importância dos debates, da informação e pontuaram que há resistência de tratar as questões que a CED se propunha a trabalhar nessas ações(as questões de gênero, raça e sexualidades). Contudo, por mais que as resistências sejam identificadas, as escolas e os(as) estudantes, com base em normativas educacionais federais e estaduais, necessitam desses debates para fortalecer a educação pública baiana em uma perspectiva de inclusão e de promoção da cidadania (ver ANEXO II).

Vale ressaltar que a Caravana da Igualdade não forneceu remuneração para aos(às) gestores (s), professores(as), e técnicos(as) envolvidos nessas ações. O único valor pago foi aos (às) formadores(as) da Caravana foi referente às diárias¹³. E esse valor de diária é observando a escala hierarquia dos cargos, funções ou empregos.

A Caravana da Igualdade/Diálogos Formativos percorreu diversos territórios baianos com participação de dirigentes educacionais e servidores das secretarias, além de promover mesas de debate e formações sobre combate ao racismo institucional. Nestas formações foram debatidas medidas para potencializar a implementação das leis 10.639/03 -Diretriz e base da educação nacional, “para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira” - e a Lei nº 11.645/11, que determina:

que os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, que tratam do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. (BRASIL, 2011)

Alinhado com as normativas comprometidas com uma educação para a cidadania, a Caravana da Igualdade/Diálogos Formativos, nessas três edições, promoveu formação nos 27 Territórios de Identidade do Estado da Bahia, em mais de 50 municípios, onde foram contemplados diretos e indiretamente, mais de 1000

¹³ Vantagem pecuniária paga aos agentes públicos para compensar despesas com pousada e alimentação, quando esses a serviço ou em treinamento, se deslocarem da sede onde têm exercício, em caráter eventual e transitório, para outro município desta ou de outra Unidade da Federação ou fora do País.

servidores(as) municipais e estaduais. Como frutos, esses(as) profissionais da educação receberam prêmio de melhores práticas pela Universidade do Servidor do Governo do Estado da Bahia (ver ANEXO III). Dessa forma, entender os limites da execução de uma política pública, que passam pelas restrições de recursos e orçamento; o aprimoramento dos registros para avaliação mais comprometida com os impactos dessa ação; compreender os diversos atores e atrizes sociais envolvidos não minimizam a importância de iniciativas como esta, mas nos mostra caminhos a serem trilhados no futuro.

4. ANÁLISE DA CARAVANA COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL PARA A DIVERSIDADE

Neste trabalho destacamos algumas ações desenvolvidas e implementadas pela CED, órgão ligado à SEC, que balizada por legislações federais a exemplo da lei 10.639/03 e a lei 11.645/11, fortaleceram a criação da Caravana da Igualdade / Diálogos Formativos, no intuito de, através de oficinas, palestras, rodas de conversas, formar consciência crítica político social do cidadão no que diz respeito às questões ligadas a gêneros, sexualidade e étnicos raciais. Ao longo dessa trajetória narrativa também foi destaque o debate acadêmico em torno da temática e as preocupações desse campo teórico, ligado à trajetória dos movimentos sociais, que possibilitaram a incorporação dessas pauta na agenda de políticas públicas do estado da Bahia.

Essas ações são possíveis e materializadas em políticas públicas, que é conceituada como:

Ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática, direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis. São medidas e programas criados pelos governos dedicados a garantir o bem estar da população. (TODA POLITICA, [s.d])

Como observado no capítulo anterior, a Caravana utilizou como metodologia oficinas voltadas à formação, mas também espaços de diálogo dos temas aos quais esteve direcionada, projeto destinado a diversos públicos alvos, que vão desde equipe gestora até discentes das escolas públicas.

Nesse contexto, revela-se extremamente importante a participação pública para o êxito do objetivo da Caravana da Diversidade, mobilizando a população através de lideranças locais, professores(as), gestores(as), bem como o próprio processo de capacitação destas pessoas. Como observado na descrição do capítulo anterior, essa participação e mobilização são elementos importantes, mas que são pontuados pelas pessoas ligadas à aplicação dessa política como uma questão de atenção. Assim, refletir sobre a ação, a qual eu pude acompanhar durante meu período de estágio, me colocou em uma experiência direta com o campo das políticas públicas, eixo de formação do Bacharelado em Estudos de |Gênero e Diversidade.

Ao estabelecer uma avaliação desse programa implementado pelo Governo do Estado da Bahia durante a gestão de Rui Costa, do Partido dos Trabalhadores (PT), trago uma experiência, que seria diferente em outros contextos e outras gestões. É de conhecimento público que entre os debates que atravessam a pauta do referido partido estão as temáticas de gênero e diversidade, com grande articulação com os movimentos feministas e com os

movimentos negros, o que difere, por exemplo, do governo federal vigente durante a escrita desta monografia, em 2022. Com o governo federal de Jair Messias Bolsonaro o orçamento para essas demandas foram reduzidos e o Ministério da Educação também teve seus recursos cortados, o que impactou nos repasses para estados e municípios. Dessa forma, pensar nos elementos históricos da Caravana, na conjuntura que possibilitou que a temática passasse a compor a agenda de políticas educacionais, em meio à disputa da temática na aprovação do Plano Nacional e Estadual de Educação, é compreender as relações de poder que compõem esse cenário.

4.1. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A DIVERSIDADE

Não é possível ignorar que há avanços nas políticas governamentais voltadas à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Essas são conquistas dos movimentos feministas e do próprio processo de redemocratização no Brasil após a ditadura civil militar em 1980. A escola, um locus privilegiado de valorização da diversidade de expressões de sexualidade nos debates contemporâneos, nem sempre foi assim. A educação associada à pautas de cidadania é fruto desse processo histórico.

Os debates sobre sexualidade e gênero, passaram a estarem presentes nos documentos governamentais com o avanço da democracia e acabou tendo maior destaque nos Governos do PT diante da criação das Secretarias de Políticas para as Mulheres, da Secretaria de Igualdade Racial, bem como a formação, dentro do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (SECAD, posteriormente SECADI, com a adição do termo Inclusão).

No contexto nacional, pensando a conjuntura que precede a aplicação da Caravana, o marco mais significativo sobre diversidade sexuais e direito sexuais foi o Programa Brasil sem Homofobia (Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBTQ+ - gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais - e de Promoção da Cidadania de Homossexuais), lançado em 2004 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, a partir de definição do Plano Plurianual PPA –2004-2007 (BRASIL, 2004). O programa possuiu como objetivo o apoio a projetos de fortalecimento em instituições de ensino, bem como as escolas públicas que atuem na promoção da cidadania homossexual e controle a homofobia, além de capacitação de profissionais, representantes para atuarem na defesa dos direitos humanos. Posteriormente, esse material foi nomeado por grupos conservadores nacionais como “Kit Gay” e foi

fortemente combatido. Com a pressão popular o material não foi distribuído e o recurso público foi gasto.

Contudo, como já observado em partes anteriores deste trabalho, a associação direta entre gênero e sexualidade, embora sejam conceitos distintos, ocorre em nossa sociedade. Nesse sentido, o debate de gênero está dentro das relações heterossexuais e cisgêneras, ou seja, as desigualdades e opressões estão presentes dentro desses espaços e para a promoção de uma sociedade cidadã é preciso estarem nos debates escolares, por exemplo. No que tange o ambiente escolar, através da pesquisa da PLAN International¹⁴ intitulada "Por ser menina: crescendo entre direitos e violência", a desigualdade de gênero começa cedo e em casa. O levantamento revelou, por exemplo, que 81,4% das meninas arrumam sua própria cama ante 11,6% dos seus irmãos. Na mesma pesquisa, 37,3% das meninas declararam que as pessoas da família ficariam chateadas se quisessem fazer coisas que geralmente os meninos fazem. Esses números e preocupações nos mostram que o debate de gênero em sala de aula, alinhado com a faixa etária das crianças e adolescentes, precisa estar na escola. Esse é o espaço em que as diferenças, que não são encontradas na família, por exemplo, se encontram. Esse é um dos papéis da escola: a promoção da equidade, desde a educação infantil e principalmente, alteridade diante das diferenças.

Na sequência deste trabalho iremos discutir alguns documentos que orientam a prática docente e as políticas educacionais e versam sobre as temáticas de gênero e debate étnico racial, para refletirmos sobre o alinhamento da Caravana com essas perspectivas. Se inicialmente refletimos sobre a conjuntura e as relações de poder que estavam em jogo na incorporação desse debate, compreender esses elementos é compreender a janela de possibilidades da construção de uma agenda de políticas públicas. As organizações políticas, as pessoas envolvidas, as tensões sociais interferem direta e indiretamente no que o Estado decidiu realizar, ou não.

¹⁴ A Plan International é uma organização não-governamental humanitária, sem filiação política ou religiosa, presente em 70 países. Fundada em 1937, na Espanha, a Plan International é uma das maiores e mais antigas organizações pelo desenvolvimento das crianças do mundo.

4.1.1. Educação básica na promoção da equidade

Educação Infantil, baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, é a primeira etapa da educação básica e possui como finalidade promover o desenvolvimento integral da criança, até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais (art.29). Pensando na organização dos anos de escolarização a partir da estrutura governamental brasileira, compreende também a educação básica a Educação de Jovens e Adultos, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

O Ensino fundamental abrange oito anos de escolarização, iniciando a partir de sete anos de idade, sendo facultativa a matrícula de crianças aos seis anos. Essa formulação concretizou o propósito educacional que pleiteavam, para esse nível de ensino, uma estrutura que favorecesse a organização contínua do conhecimento, dentro de um bloco articulado e organicamente construído ao longo do tempo. Contudo, a sua incorporação no texto da Lei sofreu sérias ameaças haja vista a versão aprovada na Câmara Federal, em 1993, que previa o término do primeiro grau quando da conclusão da quinta série (Pereira & Teixeira, 1999, p.88 apud). Com projetos de longo prazo o Brasil conseguiu reduzir o analfabetismo e a preocupação com a alfabetização continua sendo uma meta de documentos como o Plano Nacional de Educação.

O Ensino Médio foi estruturado para funcionar com a duração mínima de três anos e tem a função de fechar um ciclo de conhecimento e de formação como última etapa da educação básica. No art. 22 da LDB é destacada, como finalidade para a educação básica,:

[...] desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (LDB, 1997)

O Ensino Médio Integrado está em implementação pelo governo brasileiro aos estados, constitucionalmente responsáveis por esse nível de ensino, ficando o Ministério da Educação com a responsabilidade de oferecer apoio técnico e financeiro. Entender essas etapas da educação acaba sendo importante para traçar os limites e as possibilidades de ações como a da Caravana. Não cabe ao estado da Bahia, o debate diante da Educação Infantil, mas é de responsabilidade o que é considerado o Ensino Fundamental II, do sexto ao nono ano, e o Ensino Médio. Dentro dessa perspectiva, podemos pontuar que as ações desse programa de promoção ao debate de gênero e

questões étnico raciais, ofertado para docentes, pessoas responsáveis pela gestão, com em diálogo discente, teve seu foco de atuação no espaço escolar, nas mais diferentes instâncias do ensino.

Dessa forma, a Caravana foi uma ação, datada, dentro das possibilidades estruturais de uma determinada conjuntura. Não está desconecta das demandas dos movimentos sociais e mesmo de Secretarias, como a SEPROMI e a SPM, que discutem a pautas de forma mais específica, mas que possuem um orçamento baixo e, em certa medida, acabam sendo secretarias de articulação.

Se em dado momento determinadas parcerias foram estabelecidas, em ações mais recentes essa articulação com a Secretaria de Política para as Mulheres aconteceu em ações como o “Quem ama abraça”. Assim, é importante acompanhar a execução de novas políticas educacionais, investigar o seu impacto na sociedade como um todo e nos grupos específicos para os quais se dirige, visando à integração e à justiça social. Pesquisar sobre as experiências passadas possibilita a avaliação das políticas para que elas sejam reformuladas e otimizem recursos financeiros e promovam transformação social efetiva. Principalmente, exercícios como este buscam refletir sobre a contribuição das políticas públicas para elevar os padrões de acesso, permanência e qualidade da educação para a maioria do povo brasileiro.

4.2. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PCN

Compreender os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) é também acompanhar a incorporação do debate da diversidade e a inclusão das discussões identitárias nos documentos educacionais, embora orientem a prática docente e não sejam documentos prescritivos. Os PCN's são um referencial de qualidade para Educação do Ensino Fundamental e Médio, possuem como função orientar e garantir coerência no investimento do sistema educacional, bem como socializar discussões, pesquisas e recomendações técnicas à professores(as) e gestores(as), principalmente aqueles(as) em áreas mais afastadas do Brasil. Essas preocupação são ligadas à alinhamentos internacionais e a compromissos assumidos na Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial. o Ministério da Educação e do Desporto coordenou a

elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). Segundo o documento:

O Plano Decenal de Educação, em consonância com o que estabelece a Constituição de 1988, afirma a necessidade e a obrigação de o Estado elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras. (PND, 1997)

Quanto à organização do conhecimento escolar, as diferentes áreas e conteúdo seriam selecionados e tratados a partir de questões sociais, constituindo uma representação ampla e plural das necessidades do tempo atual. Através da Concepção de Área foi seguido o detalhamento da estrutura dos Parâmetros Curriculares para cada ciclo (primeiro e segundo), especificando Objetivos e Conteúdos, bem como Critérios de Avaliação, Orientações para Avaliação e Orientações Didáticas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, na explicitação das mencionadas capacidades, apresentam inicialmente os Objetivos Gerais do ensino fundamental, que são as grandes metas educacionais que orientam a estruturação curricular disposto em:

- Objetivo Geral do Ensino Fundamental: utilizar diferentes linguagens — verbais, matemática, gráfica, plástica, corporal — como meio para expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções da cultura. (PND, 1997)

Destacando, portanto, que:

Todas as definições conceituais, bem como a estrutura organizacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais, foram pautadas nos Objetivos Gerais do Ensino Fundamental, que estabelecem as capacidades relativas aos aspectos cognitivo, afetivo, físico, ético, estético, de atuação e de inserção social, de forma a expressar a formação básica necessária para o exercício da cidadania. Essas capacidades, que os alunos devem ter adquirido ao término da escolaridade obrigatória, devem receber uma abordagem integrada em todas as áreas constituintes do ensino fundamental. A seleção adequada dos elementos da cultura — conteúdos — é que contribuirá para o desenvolvimento de tais capacidades arroladas como Objetivos Gerais do Ensino Fundamental. (PND, 1997)

Considerando a responsabilidade do estado, para o Ensino Médio, os objetivos dos Parâmetros Curriculares estão voltados para orientação da prática, mas também trazem os temas transversais como meio ambiente, debate étnico racial e debate sobre desigualdades de gênero e sexualidade. Todos esses itens dispostos no material como orientação para a abordagem, e não de obrigatoriedade.

Se por um lado essa documentação não torna nenhuma dessas temáticas obrigatórias dentro do espaço escolar, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação

mudaram essa perspectiva diante do debate étnico racial, como veremos no subcapítulo a seguir.

4.3. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB

As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), representam um marco no que tange a participação cidadã e a construção de diferentes segmentos, como sinalizado, pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, visto que esta contribuiu para consagração dos movimentos sociais através da defesa da escola pública, laica e de qualidade tendo sido legitimada inclusive no Congresso Nacional.

Tendo como ponto de partida pressupostos políticos, sociais e pedagógicos, tornando esse nível de escolarização um direito público no postulado de um ensino universal, destinado à formação comum, para todos, fundamentado no princípio republicano de igualdade de oportunidades educacionais, conforme consta em seu artigo primeiro:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Seria universal por pretender colocar na mesma classe todas as crianças, todos os jovens – meninos, meninas, ricos e pobres, católicos, protestantes, judeus ou muçulmanos, habitantes das cidades ou dos campos. Supunha-se único porque o ensino ministrado, no conjunto, deveria ser o mesmo quanto a seus conteúdos e a seus métodos, para todos os estudantes, independentemente de quaisquer identidades e pertencas comunitárias por eles abraçadas (BOTO, 2005:785 apud).

Garantindo esse aspecto, o documento ainda avança no debate étnico raciais, versando sobre a obrigatoriedade da temática, como discutido em capítulo inicial deste trabalho.

4.4. PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE

Pensar no Plano Estadual de Educação é pensar no Plano Nacional e em toda a conjuntura de sua aprovação que tencionou com as temáticas que foram abordadas pela

Caravana. As questões de Gênero e os Direitos das pessoas LGBTQ+ no Brasil, por pressão da bancada religiosa, com pressão tanto católica quanto evangélica, vetou o programa Escola Sem Homofobia (ESH) durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011). Entre as justificativas veiculadas na mídia o argumento esteve baseado na afirmação de que o governo não realizaria “propaganda pelas opções sexuais”. A explicação foi necessária, pois o nome que foi popularizado entre as pessoas críticas e desconhecedoras do programa era de distribuição de um “kit gay”, que influenciaria crianças ao desejo homoafetivo. As próprias cartilhas de combate aos estudos de gênero na escola destacavam o perigo de influência desse debate e como ele supostamente não aceitaria as identidades heterossexuais, por exemplo; algo equivocado, uma vez que o campo explora a pluralidade identitária. Por isso, a retirada de expressões como “orientação sexual” e “gênero”, inclusive os gêneros alimentícios, que foi o caminho nacional do documento, ocorreu também no estado da Bahia, com a utilização de terminologias mais genéricas ao debate dos direitos humanos. Podemos considerar um retrocesso diante do documento base para a construção dos Planos, que saiu das Conferências de Educação.

Nessa perspectiva, há uma acusação de “impor a ideologia do gênero em flagrante desrespeito ao Congresso Nacional num malabarismo antidemocrático”, além de constranger “a norma dos bons costumes ao permitir que, pessoas que digam que sua identidade de gênero é diferente de seus cromossomos, possam usar os mesmos banheiros que as demais pessoas”.

As incongruências entre o relatório final, e as mudanças realizadas na versão final da base são muitas, e denotam que, a supressão das menções a questões de gênero e sexualidade foi uma manobra política do Ministério da Educação, na época do Governo Temer, para satisfazer as demandas de parlamentares ultraconservadores da bancada evangélica. (SILVA, 2020)

A retirada dos termos gênero e sexualidade foi um produto das tramitações nas instâncias legislativas, tanto nacional quanto estadual. Embora elaborado através da articulação da sociedade civil e do poder público no CNE, o texto final dos Planos são resultado das tensões que envolveram a aprovação da versão final. Sem a participação popular, ou mesmo sem levar em consideração às sugestões advindas das consultas públicas e das proposições das Conferências quem votou o documentou formas de deputados e deputados estaduais, no caso da Bahia, pessoas eleitas pela população, mas que não possuem necessariamente acúmulo sobre as discussões próprias do campo educacional. Fora da sua noção relacionada a gêneros textuais, musicais e estilos

literários, a palavra gênero em seu sentido feminista, ou para significar relações entre homens e mulheres, foi totalmente suprimida do texto. Da mesma forma aconteceu com “orientação sexual”, “relações de gênero”, e o principal ganho da terceira versão, que foi a inclusão de “Identidade de Gênero”, na perspectiva das discussões sobre diversidade e diferença.

Polêmicas tanto no Plano Nacional de Educação (PNE) quanto nos Planos Estaduais e Municipais, as metas relacionadas ao combate à discriminação e desigualdade de gênero provocou um intenso debate público em todo o país. As discussões se intensificaram e se estenderam e, em junho de 2014, foi instituído o prazo de um ano para que estados e municípios aprovassem seus documentos para os próximos dez anos.

É importante salientar que, o Plano de Educação é um instrumento para o planejamento educacional de longo prazo. Sobre esse tema, a socióloga e coordenadora do programa de educação do Geledés – Instituto da Mulher Negra, Sueli Carneiro, aponta que tanto a Constituição Federal quanto os tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário, fundamentam e possibilitam a presença da igualdade de gênero nas políticas educacionais e no cotidiano da escolar. (GELEDES, 2020)

Para Sylvia Cavasin, a coordenadora da Rede de Gênero e Educação em Sexualidade (REGES)¹⁵ "A escola é um campo fértil para identificação das questões que envolvem a opressão, os preconceitos, a homofobia, o sexismo, o racismo e outras iniquidades”.

No ano de 2016 foi votado o Plano Estadual de Educação da Bahia e nele constou a exclusão das palavras “gênero e sexualidade, orientação sexual”. Vários movimentos sociais se esforçaram e lutaram para aprovação do Plano Estadual de Educação na íntegra. O plano original constavam itens sobre questões de gênero e sexualidade, como por exemplo, a importância da temática orientação sexual. Luiz Mott¹⁶, presidente do Grupo Gay da Bahia, na ocasião da discussão, se pronunciou:

Uma verdadeira pá de cal na tão sonhada educação inclusiva. Atualmente, o conservadorismo do parlamento baiano. Pois fim em uma caminhada que tinha como finalidade poder levar esse debate para as escolas. O Grupo Gay da Bahia (GGB) repudia este ato dos deputados, justificado apenas pela ignorância e obscurantismo. (MOTT, 2016)

Ele ainda relata qual a relação do plano com os educadores(as):

¹⁵ Matéria do portal EBC 23/07/2015

¹⁶ Entrevista ao jornal Correio no dia 04/05/2016, 22:15:00

O Plano Estadual de Educação é uma ferramenta importante para o fortalecimento do trabalho do educador, dando-lhe amparo técnico para tratar desses assuntos com os educandos em sala de aula. Sem essas temáticas importantes e atuais, o profissional da educação, nesse caso o professor, ficará sem o apoio necessário para fazer as abordagens de forma livre e democrática, pois ficará vulnerável diante da Coordenação da Escola, bem como da família, principalmente aquelas mais ortodoxas e fundamentalistas, que poderão interpelar os professores, inclusive judicialmente, caso sintam-se prejudicados de alguma forma. (MOTT, 2016)

Essas ponderações são posicionadas dentro do movimento social preocupado com o debate identitário, de gênero e sexualidade. Contudo, como pontuado, esse foi um momento de tensões e outras perspectivas estavam em jogo nessa conjuntura. Em caminhos antagônicos, o deputado Sargento Isidório (PDT), iniciou uma campanha difamatória e sem conteúdo científico, onde o mesmo alegou que o plano agredia a moral e os bons costumes das famílias. Para combater aprovação do projeto, o referido pastor convocou uma grande quantidade de membros da sua instituição que recupera dependentes químicos, a Fundação Dr. Jesus, que levaram cartazes discriminatório e preconceituosos fizeram grande tumulto na entrada da galeria do plenário da Assembleia Legislativa e, aos gritos, clamavam palavras de ordem contra as pessoas LGBTQIA+.

Militantes e lideranças dos movimentos sociais disputavam no grito palavras de ordem com pelo menos três ônibus de pessoas, integrantes da mesma corrente religiosa, levados pelo pastor Isidório, na ocasião, deputado estadual. Cabe destacar que o deputado se auto intitula Pastor e Sargento, “ex gay”, “ex drogado” e “ex aidético”, em uma alusão aos milagres da conversão religiosa e, no combate à discussão de gênero no Plano Estadual de Educação, financiou a ida de pessoas evangélicas que se manifestavam à favor de Deus, mas não expressavam conhecimento mais aprofundado da pauta em questão. O tumulto na porta da galeria foi tão grande que precisou de uma comissão para intermediar o acesso das pessoas que se manifestavam que, apesar de grande, era inferior ao número de pessoas que o deputado arregimentou de sua instituição, a maioria homens, segundo eles em tratamento dependência química. A comissão que discutiu inicialmente o Plano Estadual, que foi levado para votação em plenária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA), foi formada por alguns nomes como as deputadas Fabíola Mansur (PSB) e Luiza Maia (PT), o Deputado Sargento Isidório, bem como contou com a colaboração da Defensora Eva dos Santos e da ouvidora Vilma Reis, ambas representando a Defensoria Pública da Bahia.

Como já mencionado em partes anteriores do trabalho essas são algumas das tensões da conjuntura e é indispensável para entendermos em que ambiente a Caravana foi executada. Apesar das documentações, normativas e orientações pedagógicas que fornecem subsídios para as discussões de gênero, sexualidade, questões étnico raciais no espaço escolar, isso desde a década de 1990, a tramitação de aprovação do Plano Estadual de Educação não foi tranquila e envolveu disputas políticas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer educação e ser educadora(o) no Brasil demanda de muita paciência, responsabilidade e muita dedicação. Construir um debate sadio em sala de aula sobre os temas: gênero, raça e sexualidade, requerem muita sabedoria e flexibilidade para tratar essas questões.

No processo da escrita deste trabalho de conclusão de curso, fui lembrando de algumas passagens da minha vida estudantil, uma professora do ensino médio que lecionava a matéria História e ela costumava falar que: educação era um ato de amor e dedicação, e que a mesma sentia um enorme prazer e realização na educação dos(as) indivíduos(as) principalmente na alfabetização quando as crianças vão colar o ABC, saem sabendo ler e escrever. E que naquele momento ela reconhecia todo o seu esforço de dedicação e paciência na caminhada daqueles estudantes e não tinha preço para ser recompensada.

Como aluno de escola pública percebia na época que os(as) professores(as) tinham a força de vontade para melhorar as suas práticas de ensino. É preciso também melhorar a didática e a pedagogia. A grande queixa é a falta de respeito com os professores(as), má remuneração, falta de estrutura e matérias entre outras deficiências. Existem grandes desafios da educação básica que são: falta de investimentos por parte dos gestores públicos; participação efetiva das famílias dos(as) alunos(as); criação de mais vagas para novos alunos(as); adequação da carga horária docentes; promoção e capacitação docentes e o fortalecimento da escola pública.

Como podemos perceber a educação brasileira ainda encontra-se muito fraca, precisando de melhoras, maiores investimentos por parte dos Órgãos competentes, sobretudo de gestores federais, estaduais e municipais. Melhoria da educação básica resultaria em um país melhor para todos.

A educação no Brasil vem passando por transformações. A educação é o setor que impulsiona a sociedade e através da produção de conhecimentos que o país cresce, e aumenta sua renda e a qualidade de vida das pessoas. O Brasil tem buscado melhorar neste campo nas últimas décadas, ainda há muito para ser feito(pois o Brasil se encontra na 59ª posição em relação a educação de crianças e adolescentes e à formação

profissional). O Ensino Fundamental, Médio e Universitário, devem serem percebidos como locais de saber, de adquirir conhecimento, e uma das únicas portas para ascensão.

Esses temas, que soam mais gerais, fazem todo o sentido serem analisados, pois ao discutir gênero e debate racial no espaço escolar, essa realidade está posta. Os temas ligados às identidades são mais um diante de tantos problemas e desafios da educação. A educação para diversidade na escola está relacionada à inclusão de as pessoas nas atividades educativas, é sobre a boa convivência e sobre respeitar às diferentes formas de existir no mundo. Com um espaço de convivência plural, passam a ter mais respeito às diversidades, de raça, de gênero, de sexualidades e de religião, por exemplo.

Neste sentido é de grande relevância o objetivo da Caravana em realizar formações, debates e reflexões a cerca dos temas transversais: gênero, raça e sexualidades. Despertando um pensamento crítico a ação ampliou a compreensão sobre a dinâmica dos processos de discriminação e preconceito na sociedade brasileira referente ao racismo, o sexismo e a homofobia, fortalecendo as ações de combate a essas posturas discriminatórias. O que realizamos nesse trabalho foi um exercício de compreender um campo de debate, que está ligado à academia e aos movimentos sociais, refletir sobre a execução da Caravana e pensar essa ação em meio às normativas que orientam à prática docente. Esse caminho de pesquisa, que passa pela minha experiência de estágio na Secretaria Estadual de Educação, me mostrou na prática os desafios políticos da construção da agenda das políticas públicas e da implementação delas, diante das limitações de recursos, logística de execução, resistências, entre outros fatores.

6. REFERÊNCIAS

AMORIM, Roseane Maria de. O ensino para educação das relações étnico - racias: um olhar para o cotidiano escolar. **Revista História e Ensino**, Londrina: Ed. UEL , v. 13, 2007.

AMPLA maioria defende que igualdade de gênero e educação sexual sejam abordada nas escolas. Disponível em : <https://www.geledes.org.br/ampla-maioria-defende-que-igualdade-de-genero-e-educacao-sexual-sejam-abordadas-nas-escolas/>. Acesso em: jan./2020.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos , outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DA SEXUALIDADE. **Os Direitos Sexuais**. Disponível em: [//C:/Users/George/Downloads/oms%20direitos%20sexuais.pdf](http://C:/Users/George/Downloads/oms%20direitos%20sexuais.pdf). Acesso em:

BENEDICTO, Edna Aparecida Ferreira-
<http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3776.pdf>

BERALDO, Flávia Nunes de Moraes. **Sexualidade e escola: espaço de intervenção**. *Psicol. Esc. Educ.* , v.7 , n.1, Jun./ 2003. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/pee/a/GmqthR6NrvWChSpK7C6FLCM/?lang=pt> . Acesso em:

BRASIL, Lei nº 9.394/1996

_____, Lei nº 10.639, em 9 de janeiro de 2003

_____, Lei nº 11.645/11.

ECCO, Clovis. A função da religião na construção social da masculinidade. **Revista da Abordagem Gestáltica – XIV**, n.1, jan-jun, 2008, p. 93-97.

FERNANDES, Florestan. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1971.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade e a vontade**. Belo Horizonte: Autêntica, [s.d].

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. p.97

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAUTHIER, C. Ensinar: Ofício estável, identidade Profissional vacilante. In: _____. et al. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. 2 ed. Ijuí. Editora Unijuí, 2006.

JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da ‘ideologia de gênero: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**. São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo, SP: Reviravolta, 2016. p. 25-26/68-72.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Local: Editora. 1997.

OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral de. **Questão racial na escola**. Paraná: Universidade do Norte do Paraná.

Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1454-8.pdf>.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Rev Estud Fem.**, v.17, n.1, abr.2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/rWNRkfDygZwFKmR3NMDk94S/>.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS (PNEDH). 2003?. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/pnedh/integral/introducao>. Acessado em fev./2018.

RAPKIEWICZ, Cleli Helena. Informática: domínio masculino. **Cadernos Pagu: Gênero, Tecnologia e Ciência**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 10, 1998, p. 169-200.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 20(2), jul/dez 1995, p. 71-99. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> - Acesso em: 28 ago. 2018.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TODA POLITICA, [s.d]. Disponível em:

<https://encenasaudemental.com/comportamento/insight/sexualidade-sexo-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-a-construcao-do-sujeito-social-e-sua-subjetividade/>

UNESCO. **Educação de qualidade para todos**: um assunto de direitos humanos, 2008

SITES

SEPLAN. <https://www.seplan.ba.gov.br/politica-territorial/>

SLAVADOR BAHIA. <https://www.salvadorbahia.com/experiencias/male-debale/>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Sexual health [Internet]. Genebra: WHO; 2017 [acesso em 24 set. 2017]. Disponível em: http://www.who.int/topics/sexual_health/en/

A TARDE. <https://atarde.com.br/muito/kabengele-munanga-e-preciso-unir-as-lutas-sem-abrir-mao-das-especificidades-970251>

CORREIO 24HORAS. <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ggb-repudia-aprovacao-de-plano-estadual-de-educacao-sem-inclusao-de-genero-e-sexualidade/>

INSTITUTO EDUCAÇÃO.

<http://institucional.educacao.ba.gov.br/programasprojetos/paip>

INSTITUTO IAB. <https://www.institutoiab.org.br/bancodeconhecimento/a-cor-do-trabalho/>

IEL BAHIA. <https://ielbahia.com.br/>

SEPROMI.

<http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/EDITALAGOSTODAIGUALDADE2015.pdf>

MEMORIA EBC. <https://memoria.ebc.com.br/educacao/2015/07/entenda-por-que-e-importante-discutir-igualdade-de-genero-nas-escolas>

EDUCAÇÃO BAHIA. <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaodiversidade>

7. ANEXOS

7.1.

ANEXO I

Formulário para elaboração de diagnóstico

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO*Superintendência de Políticas para Educação Básica – SUPED**Diretoria de Educação e suas Modalidades – DIREM**Coordenação de Educação para a Diversidade – CED*

1. UNIDADE ESCOLAR / CENTRO:									
2. NRE:					3. MUNICÍPIO / TERRITÓRIO DE IDENTIDADE:				
4. E-MAIL:					5. TELEFONE(S): ()				
6. NOME DO(A) GESTOR(A):									
7. OFERTA DE ENSINO (ETAPA/MODALIDADE)									
Anos iniciais do Ensino	Anos finais do Ensino	Ensino Regular		Educação Profissional			Educação de Jovens e		<input type="checkbox"/> Educação Escolar
				EMITEC			Tempo		
<input type="checkbox"/> 1º ano	<input type="checkbox"/> 5ª série		1º ano		1º ano		EPI		Educação
<input type="checkbox"/> 2º ano	<input type="checkbox"/> 6ª série		2º ano		2º ano		PROSUB		Educação
<input type="checkbox"/> 3º ano	<input type="checkbox"/> 7ª série		3º ano		3º ano		Concomitante		Educação
<input type="checkbox"/> 4º ano 4ª série	<input type="checkbox"/> 8ª série				<input type="checkbox"/> PROEJA – EM				
					<input type="checkbox"/> PROEJA- EF				
8. A INSERÇÃO LEI 10.639/03 NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO									
1. O Projeto Político Pedagógico (PPP) contempla a inserção dos conhecimentos para Educação das Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afrobrasileira e Africana e da Educação das Relações de Gênero e Sexualidades.							<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não Justificar	
2. O planejamento para o ano letivo de 2013 contemplou os conhecimentos para Educação das Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afrobrasileira e Africana e da Educação das Relações de Gênero e Sexualidades.							<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não Justificar	
3. Há articulação interdisciplinar para o trato com os conhecimentos para Educação das Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afrobrasileira e Africana e da							<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	

Educação das Relações de Gênero e Sexualidades.		Justificar
---	--	------------

9. Quais componentes curriculares tratam os conhecimentos para Educação das Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afrobrasileira e Africana.

Área de linguagem	Área de Ciências Humanas	Área de Ciências da Natureza	<input type="checkbox"/> Matemática
<input type="checkbox"/> Língua Portuguesa	<input type="checkbox"/> História	<input type="checkbox"/> Biologia	
<input type="checkbox"/> Arte	<input type="checkbox"/> Geografia	<input type="checkbox"/> Química	
<input type="checkbox"/> Educação Física	<input type="checkbox"/> Filosofia	<input type="checkbox"/> Física	
	<input type="checkbox"/> Sociologia		

10. Dos Projetos estruturantes existentes nesta Unidade Escolar, quais contemplam o trato com os conhecimentos para Educação das Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afrobrasileira e Africana e da Educação das Relações de Gênero e Sexualidades? Quais existem e em quais está contemplada.

<input type="checkbox"/> Educação Integral - Programa Mais Educação (PME)	<input type="checkbox"/> Ciência na Escola	<input type="checkbox"/> Encontro de Canto Coral
<input type="checkbox"/> Educação Integral - Ensino Médio Inovador (EMI)	<input type="checkbox"/> Artes Visuais Estudantis (AVE)	<input type="checkbox"/> Produção de Vídeos Estudantis (PROVE)
<input type="checkbox"/> PRONATEC	<input type="checkbox"/> Festival Anual da Canção Estudantil (FACE)	<input type="checkbox"/> Jogos Estudantis da Rede Pública
<input type="checkbox"/> GESTAR na Escola	<input type="checkbox"/> Tempos de Artes Literárias (TAL)	<input type="checkbox"/> Juventude em Ação (JA):
<input type="checkbox"/> Ensino Médio em Ação (EM-Ação)	<input type="checkbox"/> Educação Patrimonial e Artística	

11. A unidade escolar desenvolve algum projeto específico para o trato com os conhecimentos para Educação das Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afrobrasileira e Africana? Sim Não

10.6.1 Em caso positivo especifica:

13. A unidade escolar utiliza algum documento para planejar e desenvolver o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana conforme determina a Lei 10.639/03 e as Relações de Gênero e Sexualidades?

14. A unidade escolar elaborou o Plano de Intervenção Pedagógica com foco na Lei 10.639/03.

15. INSERÇÃO DAS ESPECIFICIDADES E TRANSVERSALIDADES

<input type="checkbox"/> Educação das Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afrobrasileira e Africana	<input type="checkbox"/> Educação Ambiental	<input type="checkbox"/> Educação Fiscal
<input type="checkbox"/> Educação das Relações Étnico-raciais, História e Cultura Indígena	<input type="checkbox"/> Educação para Saúde	<input type="checkbox"/> Outra(s):

16. QUAIS AS 3 (TRES) PRINCIPAIS MEDIDAS TOMADAS PELA UNIDADE ESCOLAR PARA

- Formação continuada para professores/as em história e cultura afrobrasileira e africana
- Articulação com a universidade para desenvolvimento de ações de formação na temática
- Aquisição de material didático na área
- Celebração do dia Nacional da Consciência Negra
- Outras atividades

Quais? (justifique) _____

17. PARA VOCÊ QUAIS OS FATORES QUE MAIS CONTRIBUÍRAM PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI

- A necessidade de cumprir o que determina a Lei 10.639/03?
- O reconhecimento da diversidade étnico-racial no Estado?
- As reivindicações de professores/as e gestores/a da rede estadual para inserção da temática?
- A existência de práticas racistas e discriminatórias na unidade de ensino?
- Outros

Quais? (justifique) _____

18. PARA VOCÊ QUAIS OS PRINCIPAIS MOTIVOS PARA NÃO APLICABILIDADE DE LEI 10.639/03 E DAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RAÍCIAS

- Invisibilidade das questões que abordam as relações étnico-raciais e da Lei 10.639/03 na comunidade escolar
- Práticas discriminatórias ligadas às religiões de matrizes africanas
- Falta de informações e formação sobre a temática
- Resistência da comunidade escolar para abordagens do tema
- Outras

Quais? (justifique) _____

Considerações Gerais:

ANEXO II

Relatório da I Edição da Caravana da Igualdade

CARAVANA EDUCATIVA/DIÁLOGOS FORMATIVOS

Durante os meses de julho e setembro aconteceu a primeira edição dos Diálogos Formativos/Caravana Educativa, ação desenvolvida pela equipe técnica da CED em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPROMI e Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE. As formações Núcleos Regional de Educação foram realizadas por Érica Capinan e Jacqueline Lemos, que na maioria das vezes estavam acompanhadas de representantes das Secretarias parceiras.

Foi pensado como proposta de programação, no primeiro dia uma reunião de alinhamento com a CODEB, PAIP e direção do NRE e visita técnica à duas U.E para aplicar o questionário de “Avaliação/Intervenção das Unidades Escolares”.

Sendo assim, Érica Capinan acompanhou as seguintes unidades escolares:

NRE 01– Irecê

Colégio Est. Luiz Viana Filho

NRE 02 – Bom Jesus da Lapa

Colégio Estadual São Vicente

NRE-03

Colégio Est. Filinto Justiniano Bastos

NRE 05 – Itabuna

Colégio Est. Felix Mendonça

NRE-07 – Teixeira de Freitas

Centro Educ. Machado de Assis

NRE-08– Itapetinga

Colégio Est. Modelo Luis Eduardo Magalhães

NRE 13 – Caetité/Palmas de Monte Alto

Monteiro Lobato/UEE Municipal

Colégio Est. Governador Luiz Viana Filho(Guanambi)

NRE 19 – Feira de Santana/Alagoinhas/Ipirá

Colégio Polivalente

NRE 24 – Paulo Afonso

Colégio Est. Democrático Quitéria Maria de Jesus

NRE 26–Salvador

Colégio Est. Central da Bahia

NRE 27 – Eunápolis

Colégio Est. Armando Ribeiro Carneiro

Enquanto Jacqueline Lemos acompanhou as seguintes unidades escolares:

NRE 20 – Vitória da Conquista

Colégio Estadual Rafael Spínola Neto

Colégio Polivalente de Vit. Da conquista

NRE 17 – Ribeira do Pombal

Col. Est. Prof^a Sílvia Ferreira Brito

NRE 16 – Jacobina

Col. Est. Edna Moreira Pinto

NRE 12 – Macaúbas

Col. Est. Prof. José Batista da Mata

Col. Est. Cônego Firmino Soare

NRE 14– Itaberaba

Col. Est. João XXIII

NRE 25 – Senhor do Bonfim

Col. Modelo Luis Eduardo Magalhães

NRE 10 – Juazeiro

Col. Est. Cecílio Matos

Col. Est. Prof. Artur Oliveira da Silva

NRE 04 – Serrinha

Col. Est. Rubem Nogueira

Centro educacional 30 de junho

NRE 09 – Amargosa

Col. Est. Santa Bernadete

Col. Est. Pedro Calmon

No segundo dia de trabalho realizamos a Roda de Conversa “Educação Para a Diversidade” com Representante da SEC/CED/DIREM. Apresentamos a da estrutura da Superintendência, Diretoria e da Coordenação de Educação para a Diversidade (Educação Escolar Quilombola/Educação Para as Relações étnico-racial de Gênero e Sexualidades). Contamos com intervenções da SEPRMI e da SETRE além da exibição do documentário “A cor do trabalho”.

De modo geral só não aconteceu a formação do jeito planejado em dois NRE, Itaberaba e Juazeiro. Em Itaberaba aconteceu a reunião de alinhamento e no segundo dia o diretor e a coordenadora da CODEB viajaram para Salvador, quando chegamos ao local informado pelo NRE não tinha publico e fomos informados que o local não estava reservado para o encontro. Em Juazeiro nos reunimos durante a noite do primeiro dia de atividade com os estagiários do Núcleo, pois outra parte da equipe estava envolvida com a culminância dos projetos estruturantes e no segundo dia houve apenas a visita as escolas.

Embora os entraves encontrados durante as visitas, tivemos uma media de publico de 300 participantes, sendo em grande em sua maioria gestores, professores, técnicos do PAIP, Pacto Pelo EM e em alguns núcleos contamos com presença de lideres de turmas, estudantes selecionados dos projetos estruturantes e corpo técnico dos núcleos. Embora a parceria efetiva com a SEPRMI, sentimos falta do publico da SEPRMI, que só se fez presente em no NRE 04 – Serrinha.

As discussões causaram certo incômodo e deslocamento, mas foi positiva na avaliação de muitos participantes. Alguns ressaltaram a importância dos debates, da informação e pontuaram que há resistência de tratar as questões que a CED se propõe a trabalhar, mas as escolas e os estudantes necessitam desses debates para fortalecer a educação pública baiana.

Ao fim das atividades fizemos um momento de reflexão e avaliação, onde os participantes avaliavam o encontro em **que bom, que pena e que tal.**

Que bom:

1. Trabalhar com leveza as questões relativas a diversidade
2. A SEC reconhecer a importância de trabalhar articulada com outras secretarias para levar a informação até os/as professores/as

3. “Que bom que tenho a oportunidade de estar aqui com vocês. Em trinta anos de rede só tive contato com temáticas voltadas para as questões de gênero e sexualidade agora.

4. Que bom que aconteceu o encontro, havia um anseio de muitos professores trabalharem gênero e sexualidades dentro da escola, mas a resistência dos gestores impedia

5. A interiorização da discussão

6. A SEC se preocupar em reafirmar as identidades e reconhecer a importância de pensar nas especificidades que estão presentes no chão da escola.

Que tal:

1. Uma nova estrutura no currículo para que a educação seja mais acolhedora e menos excludente.

2. Uma edição dos Diálogos Formativos para trabalhar com o alunado (preposição de um líder de turma do NRE16)

3. Os professores se comprometerem em levar essas discussões para a sala de aula.

4. Voltar para Jacobina e fazer um encontro com estudantes da rede municipal também

5. Levar questões acerca de economia solidaria para a Jornada Pedagógica de 2016

6. Estudantes Estagiários para tratar da Lei 10.639/2003

7. Fazer uma parceria com as secretarias municipais, para fortalecer o diálogo entre estado e município.

8. Os presentes comprometerem em levar as discussões para os momentos de planejamentos e AC

Que Pena:

1. Poucas pessoas envolvidas na discussão

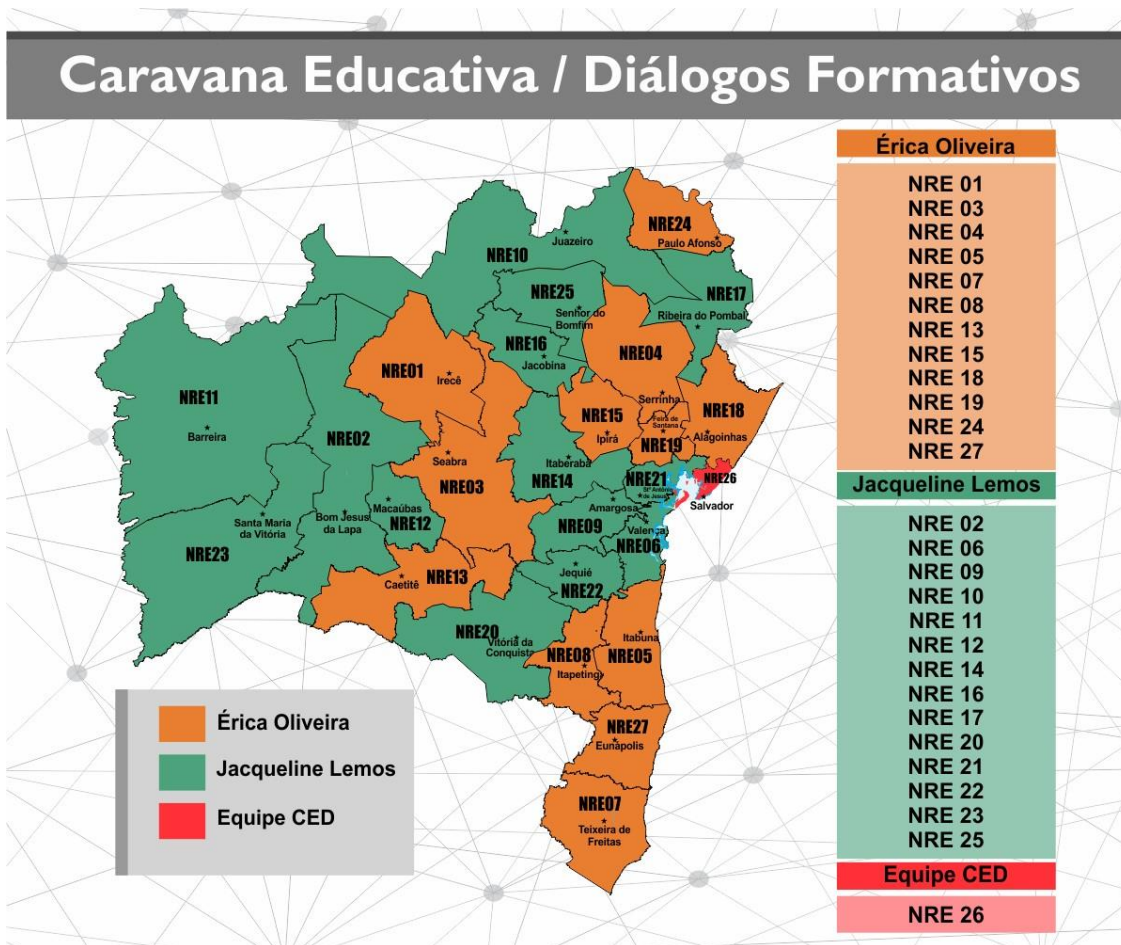
2. A SEC não descentralizar recursos para os professores dos povoados e outros municípios mais distantes para participarem da atividade

3. Não foi muito amplo em relação público

4. Há racismo velado na fala de muitos professores

5. Que o PAIP estar na SGINF, pois perdeu a característica a estrutura anterior do Paip que dialogava melhor com essas temáticas

MAPA CARAVANA EDUCATIVA/DIÁLOGOS FORMATIVOS



7.3. ANEXO III

PROGRAMAÇÃO E TEXTOS MOTIVADORES DOS DIÁLOGOS:**Programação - Diálogos Formativos/Caravana Educativa****SEC, SEPROMI e SETRE****I Dia****14h às 18h**

- Reunião de alinhamento com a CODEB
- Acompanhamento/monitoramento em uma UEE da sede

II Dia**08h**

Abertura/acolhimento

Boas Vindas /objetivo do trabalho

08h30min às 10h**Roda de Conversa “Educação Para a Diversidade” com Representante da SEC/CED/DIREM”**

- Slide institucional/CED (Educação Escolar Quilombola/Educação Para as Relações étnico-racial de Gênero e Sexualidades;
- Exibição de uma parte do Documentário “ A Cor do Trabalho”
- Instrumento Pedagógico/diagnose;
- Interatividade;

Almoço – 12h às 13h30min**13h30min às 17h30min**

Roda de Conversa “Estatuto da Igualdade Racial/ Do Direito a Educação” com Representante da SEPROMI

17h e30min – Vivência de grupo

18h – Encerramento com Música e Vídeo

TEXTOS:

O CEGO E O PUBLICITÁRIO

Havia um cego sentado numa calçada em Paris, com um boné a seus pés e um pedaço de madeira escrito com giz branco: Por favor ajude-me, sou cego.

Um publicitário da área da criação que passava em frente a ele parou e viu poucas moedas no boné. Sem pedir licença, pegou no cartaz virou-o, pegou no giz e escreveu outro anúncio.

Voltou a colocar o pedaço de madeira aos pés do cego e foi embora. Ao cair da tarde, o publicitário voltou a passar em frente ao cego que pedia esmola. Seu boné agora estava cheio de notas e moedas.

O cego reconheceu as pisadas do publicitário e perguntou-lhe se tinha sido ele quem reescrevera o cartaz, sobretudo querendo saber o que ele havia escrito. O publicitário respondeu: "Nada que não esteja de acordo com o seu anúncio, mas com outras palavras."

E sorrindo continuou o seu caminho. O cego nunca soube o que estava escrito, mas o seu novo cartaz dizia: "Hoje é Primavera em Paris e eu... não posso vê-la."

Quantas vezes já nos deparamos com situações em que se poderia ter alterado algo e com a "preguiça" com o "deixa andar", com o cansaço não alteramos e guardamos para o outro dia, guardamos para outro momento.

Quantas vezes nos deparamos com situações em que a estratégia que é usada não é a mais correta para aquilo a que se propõe e não ousamos propor uma nova estratégia. Assim e derivado às atitudes anteriores quantas oportunidades não perdemos, quantas mudanças deixamos fugir?

Se queremos mudar, fazer, alterar algo devemos fazer sem hesitar, às vezes o pensar muito deixa fugir oportunidades. Devemos ter primeiro o impulso, depois a coragem e só depois o pensamento.

Aqui corremos o risco do imprevisto dobrado, do improvisar, mas não podemos esquecer que a vida é feita de imprevistos e nada sai como queremos e planejamos, só às vezes ela , a vida, nos presenteia com algo que estava no previsto. "Sempre é bom mudarmos de estratégia quando nada acontece".

É preciso mudar, arriscar, alterar, experimentar novas coisas, aprender algo novo, acima de tudo nunca parar, nem estagnar, pois isto sim é acontecer, é viver.

Hoje é primavera em Paris, e eu... não posso vê-la.

Navio Negroiro

Lá vem o navio negroiro
 Lá vem ele sobre o mar
 Lá vem o navio negroiro
 Vamos minha gente olhar...
 Lá vem o navio negroiro
 Por água brasileira
 Lá vem o navio negroiro
 Trazendo carga humana...
 Lá vem o navio negroiro
 Cheio de melancolia
 Lá vem o navio negroiro
 Cheinho de poesia...
 Lá vem o navio negroiro
 Com carga de resistência
 Lá vem o navio negroiro
 Cheinho de inteligência...

(Solano Trindade. Poesia Antológica)

Primeiro levaram os negros
 Mas não me importei com isso
 Eu não era negro

Em seguida levaram alguns operários
 Mas não me importei com isso
 Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis
 Mas não me importei com isso
 Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados

Mas como tenho meu emprego
Também não me importei

Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.

Bertolt Brecht

SECRETARIA DE
**PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL**

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Relatório da

Caravana da Igualdade/Diálogos Formativos- 2015 -2016

Coordenação Executiva de Política de Promoção de Igualdade Racial-CPIR

Salvador,

2016

Relatório

Caravana da Igualdade/Diálogos Formativos- 2015 -2016

Coordenação Executiva de Política de Promoção de Igualdade Racial-CPIR

Ruy Costa

Governador do Estado da Bahia

Fabya Reis

Secretária de Promoção da Igualdade Racial

Maiara Alves

Chefe de Gabinete da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial em Exercício

Antônio Cosme

Coordenador Executivo de Promoção da Igualdade Racial – CPIR

Cláudio Rodrigues

**Coordenador Executivo de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais -
CPCT**

ÍNDICE DAS ATIVIDADES

- 1. Introdução**
- 2. Apresentação**
- 3. Objetivo**
- 4. Estrutura social**
- 5. Metodologia**
- 6. O Prêmio de Boas Práticas.**
- 7. As edições**
- 8. Anexos**

8.1 Programação

8.2 Avaliação.

8.3. *As edições.*

8.4. *Tabela do somatório por território de Identidade.*

8.5 *Mapa Caravana Educativa/Diálogos Formativos.*

RELATÓRIO ANUAL DA CARAVANA DA IGUALDADE/DIÁLOGOS FORMATIVOS

2015 -2016



Fonte: Arquivo SEPROMI da caravana em Teixeira de Freitas.

RELATÓRIO ANUAL DA CARAVANA DA IGUALDADE/DIÁLOGOS FORMATIVOS.

2015-2016

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta um conjunto de ações da Caravana da Igualdade/ Diálogos Formativos desenvolvidos pela SEPROMI no exercício de 2015 e 2016. Esta tem como meta o enfrentamento às práticas discriminatórias e racistas no âmbito da estrutura educacional, serviço público estadual e municipal assim como no combate ao sexismo e à homofobia.

A iniciativa é oriunda das reuniões do Grupo de Trabalho- GT de Educação e Universidade, que é composto pela Rede Estadual de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa, em parceria com a Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI, Secretaria Estadual de Educação - SEC e Secretaria Estadual do Trabalho Emprego e Renda - SETRE.

A Caravana da Igualdade/Diálogos Formativos está no final da 3ª edição, e nestas três edições promovemos a formação nos 27 Territórios de Identidade do Estado da Bahia, e em mais de 50 municípios, atingindo direto e indiretos, em torno de 1100 servidores municipais e estaduais, o que nos permitiu ser contemplado como prêmio de melhores práticas pela Universidade do Servidor do Governo do Estado da Bahia.

2. O Prêmio de Boas Práticas.

A Universidade Corporativa do Serviço Público/Secretaria de Administração do Estado da Bahia - UCS/SAEB integra uma rede de Unidades responsáveis pelo desenvolvimento das ações de educação corporativa para o aprimoramento do serviço público estadual, contudo ela também pensa na valorização do servidor e no aprimoramento do serviço público, assim foi pensado o Prêmio Boas Práticas, e projeto Caravana da Igualdade/Diálogos formativos foi contemplado com o referido prêmio no ano de 2015.

3. OBJETIVO

Promover o combate ao Racismo Institucional e as várias formas de discriminação, por meio da divulgação do Estatuto da Igualdade Racial e Combate a Intolerância Religiosa; Fortalecimento da aplicação da Lei 10.639/2003 por meio de exposições e debates acerca da Educação para as Relações Étnico-Raciais e Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e a disseminação da política de Economia Solidária e Empreendedorismo, além das diversas ações que compõem a política de igualdade racial, promovendo fortalecimento da municipalização da política e o enfrentamento a vulnerabilidade da juventude negra.

4. ESTRUTURA SOCIAL

- Servidores do Estado:
- **SEPROMI:** Babilon Carvalho, Cristiano Lima, Elisia Santos, Nairóbi Aguiar, Sergio São Bernardo e Walmir França e Antônio Cosme Lima;
- **SEC:** Erica Barbosa e Jacqueline Lemos
- **SETRE:** André Cruz, João Pereira, Jucilene Santana e Vidal Campus Silva.

5. METODOLOGIA

Cada edição foi organizada em um determinado período do semestre a partir de reuniões de alinhamentos entre os técnicos responsáveis de cada secretaria, e nestas foram sempre realizada uma avaliação da edição anterior e organizado a edição seguintes. Os municípios foram escolhidos por cada secretaria, por critérios e necessidades conforme a política de cada município.

A SEPROMI sempre propõe os municípios com adesão ao Fórum Estadual de Gestores Municipais de Política de Igualdade Racial; os prioritários do Plano Juventude Viva e com ações da Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais, pensando assim uma interseção com nossas políticas.

As ações são composta em geral por um técnico da SEPROMI, um técnico da SEC e dois da SETRE e a metodologia foi pactuada no seguinte roteiro: dinâmicas de acolhimento, aulas expositivas, apresentação de slide, seguidas de debates, com turmas de 30 a 50 gestores, divididos em dois dias, concomitante realizamos visitas as escolas, comunidades quilombolas e povos de comunidades tradicionais, reunimos também com os poderes legislativos e executivos dos municípios, além de entrevistas em rádios e jornais locais. Sobre a questão logística (espaço, lanche, Datashow, papel, pastas, caneta e material de divulgação) são disponibilizados pelos municípios, bem como a mobilização dos servidores.

6. AS EDIÇÕES.

A Caravana da Igualdade/Diálogos Formativos tem percorrido diversos territórios baianos com participação de dirigentes educacionais e servidores das pastas, além de mesas de debate e formações sobre combate ao racismo institucional. Nestas formações foram debatidas medidas para potencializar a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/11, que tratam do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. Consideramos nestas três edições o envolvimento de professores, coordenadores pedagógicos e dirigentes escolares, essencial para se pensar em políticas de inclusão. A seguir, iremos discorrer sobre cada edição e apresentar a formação em alguns municípios, de forma resumida, e como esta ação impactou cada município.

1º Edição.

Na **1ª Edição** o público-alvo foram os diretores dos colégios e gerentes regionais de educação, tendo as participações de alguns agentes municipais como a guarda municipal de Teixeira de Freitas, as atividades aconteceram sempre nas sedes dos Núcleos Regionais de educação – NRE's e em colégios. Reunimos cerca de 500 profissionais e passamos por 17 municípios (Teixeira de Freitas; Itabuna, Itapetinga; Macaúbas; Caetité; Itaberaba; Jacobina; Ribeira do Pombal; Ipirá; Alagoinhas; Feira de

Santana; Vitória da Conquista; Jequié; Paulo Afonso; Senhor do Bonfim; Eunápolis; Juazeiro).



Fonte: Arquivo SEPROMI da caravana em Teixeira de Freitas.

No início de agosto de 2015 a Caravana esteve em Feira de Santana e Ribeira do Pombal, nesta formação houve um debate sobre o uso do nome social de estudantes travestis e transexuais nas unidades de ensino da Bahia, cujo direito é assegurado pela Resolução nº 120/13, do Conselho Estadual de Educação, e a educação escolar quilombola, conforme a Lei nº 10.639/2003.

Em 16 de setembro chegamos a cidade de Itabuna, que aconteceu no Núcleo Regional de Educação (NRE 05) no Colégio CIOMF- Centro Integrado Oscar Marinho Falcão, localizado no bairro Santo Antônio

As discussões tiveram como base a ampliação das ações desenvolvidas pelo Estado voltadas à educação para as relações étnico-raciais, de gênero e sexualidades envolveram professores, gestores e técnicos estaduais e municipais.

Nos encontros foi trabalhada a educação escolar quilombola, conforme a Lei 10.639/2003, e envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, assim como o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia, em vigor desde 2014. A coordenadora da atividade Erica Barbosa pela SEC e Sergio São Bernardo pela SEPRMI e foi organizada pelo NRE.

2º Edição.

Na 2ª Edição efetivamos a formação em 07(sete) municípios, Ilha de Itaparica, Formosa do Rio Preto, Santo Antônio de Jesus, Jequié, Santo Amaro, Santa Maria da Vitória e São Francisco do Conde, podemos contabilizar que diretamente foram cerca de 150 pessoas entre gestores de colégios e servidores.

Concomitante a programação do Novembro Negro da Secretaria, a caravana da Igualdade/Diálogos Formativos foram realizados neste mês, em escolas da rede estadual. Começando pela Escola Estadual Carneiro Ribeiro, localizada na Ilha de Itaparica, no município de Vera Cruz, que recebeu em três de novembro de 2015 a formação. Foi discutido com os estudantes temas como valorização da educação para a diversidade, focando no enfrentamento ao racismo, machismo, sexismo e homofobia. O objetivo é a valorização do protagonismo juvenil e fazer que esses jovens entendam que podem se somar no combate ao racismo e preconceito de todas as formas, que é possível ser jovem e também politizado.

Uma das formações mais importantes desta Caravana foi em Nordeste de Amaralina, no Município Salvador, o encontro foi no dia 17 de novembro de 2015 no Centro Social Urbano (CSU) do bairro.

Participaram da atividade, os representantes da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), respectivamente, Cristiano Lima, também coordenador estadual do Plano Juventude Viva, e a advogada Dandara Pinho Presidenta da Comissão de Igualdade da OAB sessão Bahia.

A advogada falou, ainda, do respeito à diversidade religiosa, destacando a liberdade de escolha da crença, garantida no Estatuto da Criança e do Adolescente, independente da convicção dos familiares.

As crianças do CSU lendo o Estatuto de Igualdade Racial.



Fonte: Arquivo SEPROMI da caravana em Salvador.

O racismo institucional foi um dos temas debatidos pelo atual coordenador executivo Antônio Cosme Lima com os estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no dia 25 de novembro de 2015, em São Francisco do Conde.

O encontro foi composto por representantes de universidades federais e estaduais (UNILAB, UFBA, UNEB, UEFS, UESC E UESB). Teve como objetivo envolver a comunidade acadêmica, estudantes da rede pública e moradores locais para o enfrentamento ao racismo, à intolerância religiosa e demais formas de discriminação nos ambientes de formação.

O painel foi encerrado com a participação da professora da Universidade da Carolina do Norte (EUA), Courtney Woods, que falou do racismo ambiental, pontuando desastres que afetam diretamente a população negra e os povos e comunidades tradicionais, mas que muitas vezes são tratados como acidentes.

Apresentação de Antônio Cosme Lima na UNILAB.



Fonte: Arquivo SEPROMI da caravana em São Francisco do Conde

3º Edição.

Na 3ª Edição as formações aconteceram em: Cachoeira, Maragogipe, Conceição do Coité, Juazeiro, Nova Soure, Feira de Santana, Barra, Paulo Afonso, Formosa do Rio



Preto, Porto Seguro, Jequié, Palma de Monte Alto, Irecê, Conceição de Feira, Vitória da Conquista, Boa vista do Tupim e Salvador, tendo o foco dos servidores, mas voltados as áreas de assistência social e

Fonte: Arquivo SEPROMI da caravana em Paulo Afonso. conselhos tutelares, no total de

cerca 350 pessoas participações. Estamos finalizando a 3º edição da Caravana da Igualdade/Diálogos Formativos, que já está previsto cerca de 25

(vinte e cinco) cidades em 6 (seis) territórios de identidade. Muitos dos Municípios terão retorno para ampliar o público estratégico, assim nessa edição teremos um público diversificado.

No final de março de 2016 tivemos participação no município de Maragogipe, que contou com o apoio da Prefeitura local. Maragogipe foi a segunda cidade contemplada nesta edição. A primeira foi Santiago do Iguape. A programação incluiu roda de diálogo sobre o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado, em especial o capítulo do direito à educação; Plano Juventude Viva e Década Estadual Afrodescendente.

O então coordenador executivo da CPIR- SEPRMI, Sérgio São Bernardo apresentando para comunidade quilombola.



Fonte: Arquivo SEPRMI da caravana em Maragogipe.

Na cidade de Juazeiro, no dia 12 de abril de 2016, o Centro de Cultura João Gilberto, foi o local que sediou o debate do projeto, contando com a presença do vereador Agnaldo Meira e do secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Juazeiro, Carlos Neiva. Neste dia a SETRE esteve presente discutindo o desenvolvimento, fomento do emprego, do trabalho e renda, e com a economia solidária. Contou ainda com um público de sociedade civil: Levante Popular da juventude, Conselho Municipal de Cultura e de Igualdade Racial além dos servidores da Educação, assistência social e Economia Solidária.



Em 12 e 13 de maio de 2016 atuamos pela primeira vez, diretamente, com uma comunidade indígena, em conjunto com o Núcleo Regional de Educação (NRE 24) e dos representantes do Fórum. O evento aconteceu na Escola Capitão Francisco, na aldeia Tuxá, no distrito de Rodelas, município de Paulo Afonso.

Na sala de aula com os alunos/as indígenas.



Fonte: Arquivo SEPROMI da caravana em Paulo Afonso.

Em Boa Vista do Tupim formação aconteceu nos dias 16 e 17 de junho de 2016, participaram das atividades agentes comunitários de saúde, psicólogos, assistentes

sociais, conselheiros tutelares, entre outros profissionais, que poderão multiplicar o conhecimento nas suas áreas.

O coordenador do Juventude Viva, Cristiano Lima, apresentando a SEPROMI.



Fonte: Arquivo SEPROMI da caravana em Boa Vista do Tupim

Os participantes de Boa Vista do Tupim.



Fonte: Arquivo SEPROMI da caravana em Boa Vista do Tupim.

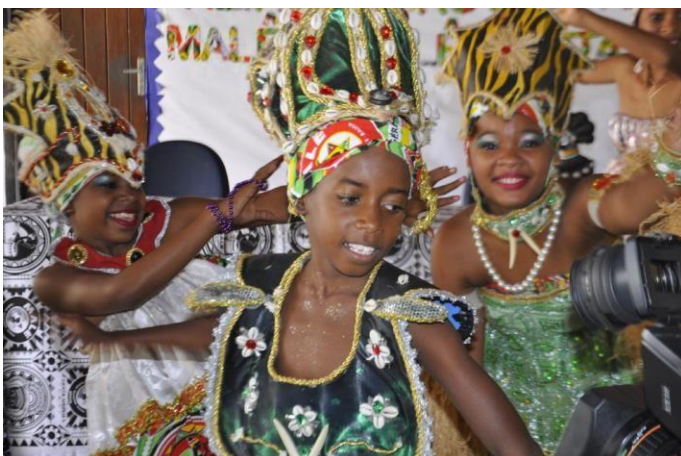
Em conjunto a atividade realizada pela Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social –SJDHDJ intitulada Caravana da Justiça retorna Itabuna, se iniciou com a atividade diálogos com a juventude no dia 27/07/15 no Município de Coaraci, no Ginásio Municipal de Esportes, reunimos mais de 100 jovens que apontaram a dificuldade de acesso ao esporte estadual, e provocando o desestímulo para

os esportistas da região. No dia 28/07 realizamos nos município de Itabuna, no Centro Territorial de Educação Profissional do Litoral Sul II, com mais de 150 jovens que debatemos os investimentos na educação por parte do Estado; e dia 29/07 foi realizada no município de Ilhéus, na Associação de Moradores do Bairro Afrânio Peixoto, um dos maiores bairros Populares do Município, o tema mais debatido foi emprego para a juventude. Os debates foram proveitosos, na nossa apresentação, falamos das políticas promovidas por nossa Secretaria e do Plano Juventude Viva. Os conteúdos produzidos iram compor um relatório sobre a política pública de juventude organizada pela COJUVE.

Participamos ainda no dia 29/07 de mais uma edição do Mutirão Social, no centro Social Urbano no Município de Itabuna, falamos sobre as políticas da secretaria que integram o projeto, além de debater sobre o combate ao racismo e a vulnerabilidade da juventude negra do Estado.

Além disso, procuramos os gestores de PIR dos Municípios de Itabuna e Ilhéus, para realizar reunião técnica de acompanhamento das Políticas PIR, foi informado que as pastas estavam vagas por conta das desincompatibilização das eleições municipais de outubro, ficamos de remarcar a visita para realizar a reunião.

No dia 26 de agosto de 2016 a Caravana se fez presente na sede do Malê DeBalê, no bairro de Itapuã, em Salvador, levando uma mensagem de valorização da identidade negra e do combate à discriminação racial foi propagada por crianças e adolescentes. O encontro resultou de parceria do bloco afro com a SEPROMI, via Centro de Referência de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa Nelson Mandela, que ofereceu orientações sobre violação de direitos nesta área e estratégias de enfrentamento. O evento, que contou com a participação de educadores/as e estudantes da região, faz parte da programação do 'Agosto da Igualdade'. As crianças que fazem curso no bloco afro se apresentaram na Caravana.



Fonte: Arquivo SEPROMI da caravana em Salvador.

O coordenador do Centro de Referência Walmir França e o diretor do bloco afro e doutor em Educação e Contemporaneidade, Carlos Eduardo Carvalho.



Fonte: Arquivo SEPROMI da caravana em Salvador.

A plateia no dia do evento.



Fonte: Arquivo SEPROMI da caravana em Salvador.

8.Anexos.

8.1. A programação.

1° DIA.

14h00min às 18h00min:

- Reunião de alinhamento;
- Acompanhamento/monitoramento;

2°DIA:

08h00min:

Abertura/acolhimento

Boas Vindas /objetivo do trabalho

08h30min às 10h00min:

Roda de Conversa “Educação Para a Diversidade” com Representante da SEC”

- Slide institucional (Educação Escolar Quilombola/Educação Para as Relações étnico-racial de Gênero e Sexualidades;
- Instrumento Pedagógico/diagnose e
- Interatividade.

Almoço – 12h00min às 13h30min

13h30min às 17h30min:

Roda de Conversa “Estatuto da Igualdade Racial/ Do Direito a Educação” com Técnicos da SEPRMI-CPIR.

- Exibição de uma parte do Documentário “A cor do trabalho”

17h00min e 30min – Vivência de grupo

18h00min – Encerramento com Música e Vídeo

8.2. Ficha de avaliação.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA CARAVANA DA IGUALDADE/DIALOGOS FORMATIVOS SEPROMI/SEC.

CIDADE/TERRITÓRIO:

NOME DO SERVIDOR(A):

DATA: CONTATO DO NRE

SETOR DE LOCAÇÃO DO SERVIDOR(A):

PÚBLICO DA FORMAÇÃO:

1. CARGA HORÁRIA:
2. LOCAL DO EVENTO:
3. QUANTIDADE DE PARTICIPANTES:
4. VISITA TÉCNICA:
5. QUAL A TEMÁTICA MAIOR ÊNFASE:

Relacionar os pontos positivos da realização das Caravana da Igualdade / Diálogos Formativos.

- Relacionar Aspectos/fatores que dificultem no desempenho da Formação.

ESPAÇO RESERVADO PARA CRÍTICAS E SUGESTÕES

- Prezado(a) Servidor(a), a sua participação com críticas e sugestões é muito importante para um aprimoramento do processo de avaliação de desempenho das Caravanas Educativas / Diálogos Formativos

Como encaminhado através do Grupo de Trabalho Poder Público da REDE de Combate ao Racismo e a Intolerância Religiosa que a SEPRMI possa se fazer parceira da SEC na Jornada Pedagógica, dessa forma contribuindo metodologia pedagógica e atingindo um número maior de educadores e educadoras.

Assinatura

8.3 AS EDIÇÕES.

1
ª Edição:

Caravana da Igualdade / Diálogos Formativos

Quantidade	Território de identidade	Cidade	Fórum de Gestores	Juventude Viva
1	Litoral Norte/Agreste Baiano	Alagoinhas	X	X
2	Bacia do Jacuípe	Ipirá		X
3	Bacia do Paramirim	Macaúbas		
4	Bacia do Rio Corrente	Santa Maria da Vitória	X	
5	Bacia do Rio Grande	Barreiras		
6	Chapada Diamantina	Seabra	X	
7	Costa do Descobrimento	Eunápolis.	X	X
8	Extremo Sul	Teixeira de Freitas		X
9	Irecê	Irecê	X	X
10	Itaparica	Paulo Afonso		
11	Litoral Sul	Itabuna	X	X
12	Médio rio de Contas	Jequié;	X	X
13	Médio Sudoeste da Bahia	Itapetinga		
14	Metropolitana de Salvador	Salvador	X	X
15	Piemonte da Diamantina	Jacobina;		
16	Piemonte do Paraguaçu	Itaberaba		
17	Piemonte Norte do Itapicuru	Senhor do Bonfim;	X	
18	Portal do Sertão	Feira de Santana	X	X
19	Recôncavo	Santo Antônio de Jesus	X	X
20	Semiárido Nordeste II	Ribeira do Pombal		

21	Sertão do São Francisco	Juazeiro	X	X
22	Sertão Produtivo	Caetité	X	
23	Sisal	Serrinha	X	X
24	Vale do Jiquiriçá	Amargosa		
25	Velho Chico	Bom Jesus da Lapa	X	

^a Edição:

Caravana da Igualdade / Diálogos Formativos

Quantidade	Território de Identidade	Cidade	Fórum de Gestores	Juventude Viva
1	Bacia do Rio Corrente	Santa Maria da Vitória	X	
2	Bacia do Rio Grande	Formosa do Rio Preto		
	Médio Rio de Contas	Jequié	X	X
3	Metropolitana de Salvador	Salvador	X	X
4		Itaparica		
5	Recôncavo	Santo Amaro	X	
6		Santo Antônio de Jesus	X	X
7		São Francisco do Conde	X	X

3ª Edição:**Caravana da Igualdade / Dialogos Formativos**

Quantidade	Território de Identidade	Cidade	Fórum de Gestores	Juventude Viva
1	Itaparica	Paulo Afonso		
2	Médio Rio de Contas	Jequié	X	X
3	Piemonte do Paraguaçu	Boa vista do Tupim	X	
4	Portal do Sertão	Feira de Santana	X	
5	Recôncavo	Cachoeira	X	
6		Maragogipe	X	
7	Semiárido Nordeste II	Nova Soure		
8	Sertão do São Francisco	Juazeiro	X	X
9	Sertão Produtivo	Palma de Monte Alto	X	

TABELA DO SOMATÓRIO POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE.

Região Metropolitana	5
Extremo Sul	1
Médio Sudoeste	1
Bacia do Paramirim	1
Sertão Produtivo	2
Piemonte do Paraguaçu	2
Piemonte da Diamantina	1
Semiárido Nordeste II	2
Bacia do Jacuípe	1
Litoral Norte- Agreste Baiano	1
Portal do Sertão	3
Vitória da Conquista	2

Médio Rio das Contas	3
Itaparica	2
Piemonte Norte do Itapicuru	1
Costa do Descobrimento	2
Sertão São Francisco	2
Irecê	2
Velho Chico	2
Bacia do Rio Corrente	2
Bacia do Jiquiriçá	1
Recôncavo	7
Chapada Diamantina	1
Sisal	2
Bacia do Rio Grande	3
Litoral Sul	2
Baixo Sul	1
27	55

MAPA CARAVANA EDUCATIVA/DIÁLOGOS FORMATIVOS

